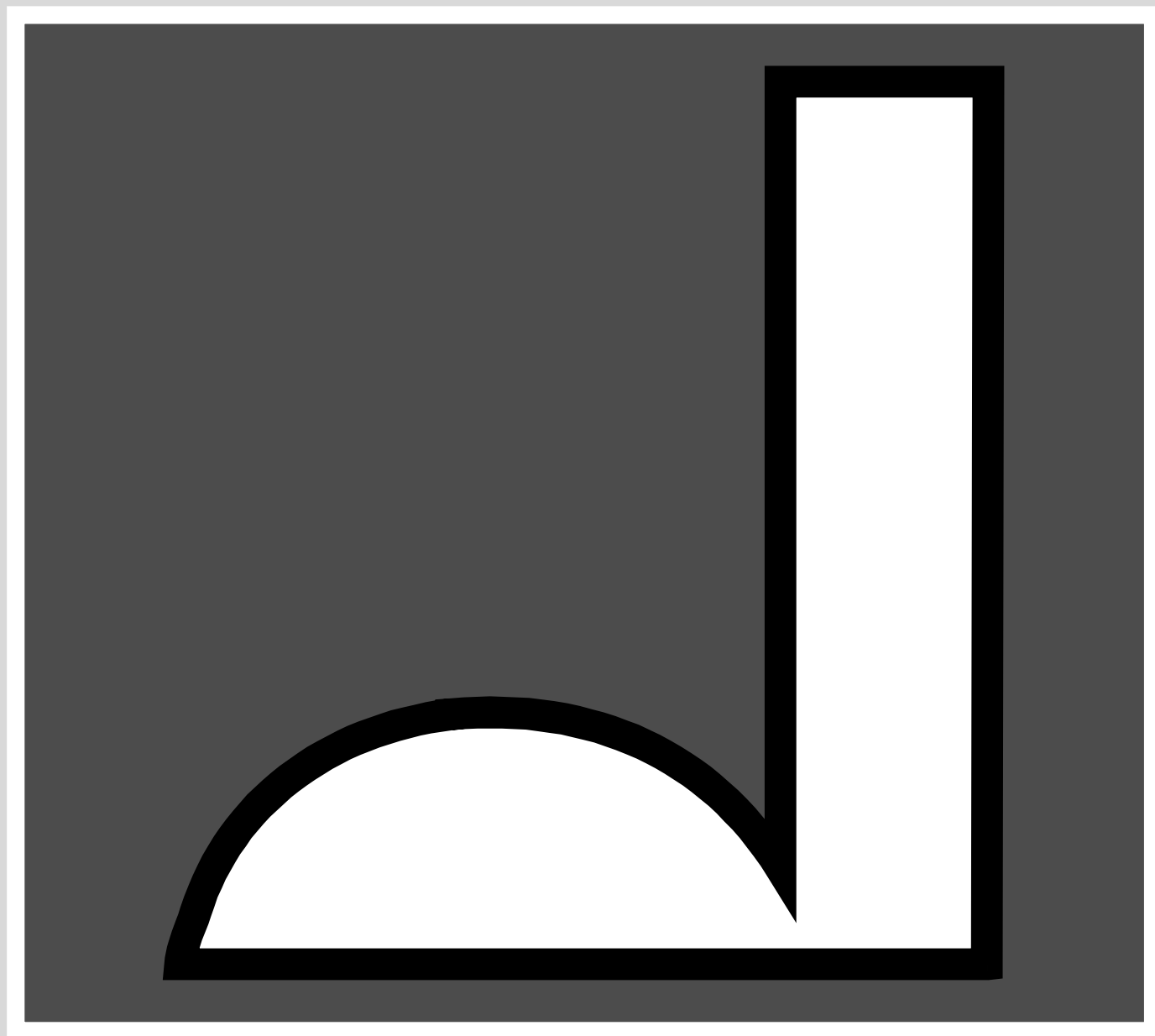




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 205 – SEGUNDA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO- PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes- PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO- PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO- PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO- PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO- PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3) LÍDER Tião Viana - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio ArnsPT Ideli Salvatti-PT LÍDER - PL Magno Malta VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas BorgesPFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL LÍDER – PFL José Agripino Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LIDER – PSDB Arthur Virgílio Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloísio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya GomesPPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 179ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1.100, de 2003, de 5 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 01 e 02, oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 402, de 1999..... 40279

1.2.2 – Avisos do Ministro de Estado da Previdência Social

Nº 400/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.098, de 2003, da Senadora Heloísa Helena; e 40279

Nº 401/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.100, de 2003, do Senador Alvaro Dias..... 40279

1.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003 (nº 117/2003, na Casa de origem), que altera os arts. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231 A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (dispõe sobre crime contra a liberdade sexual, da sedução e da corrupção de menores, e do rapto). 40279

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2003 (nº 644/2003, na Casa de origem), que assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências. 40282

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2003 (nº 335/95, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres..... 40283

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.823, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2003 (nº

613/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000. ... 40284

Nº 1.824, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003 (nº 2.408/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000..... 40285

1.2.5 – Ofício

Nº 893, de 2003, de 2 do corrente, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão (Requerimento nº 12, de 2003-CN, do Senador Romeu Tuma). Designação do Deputado Isaías Silvestre, como suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de conformidade com o ofício lido anteriormente. 40287

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Cobranças da implantação da nova Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam. 40287

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre reportagem da revista Época, desta semana, intitulada “Número de negros na classe média dobrou em 10 anos”. 40289

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com a pirataria e o uso da biodiversidade brasileira. 40295

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS, como Líder – Defesa da utilização dos cadastros, a partir dos municípios brasileiros, para implantação da reforma agrária sem desmantelamento do setor produtivo brasileiro. 40298

SENADOR RENAN CALHEIROS – Aprovação na Câmara dos Deputados do projeto que regula o uso e a proteção sustentável da mata atlântica. Comentários sobre reportagem do jornal O Globo sobre a necessidade da volta da Petrobrás ao setor petroquímico..... 40300

SENADOR EURÍPEDES CAMARGO – Análise sobre o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti com relação à ascensão dos negros na classe média brasileira. 40301

SENADORA HELOÍSA HELENA – Reflexão sobre a proposta de redução da maior idade penal..... 40303

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa de maiores investimentos em educação como forma de iniciar o crescimento sustentado do País e gerar emprego e renda para a população. 40304

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Contrária à redução da maioridade penal. 40306

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem pelo transcurso dos 27 anos da morte do ex-Presidente João Goulard. 40307

SENADOR EFRAIM MORAIS – Descrença quanto à aprovação na Câmara dos Deputados da chamada “PEC paralela” à reforma previdenciária. 40313

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a apreciação no Congresso Nacional da chamada “PEC Parelela” à reforma da previdência..... 40323

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Análise das dificuldades enfrentadas pelo governo petista do Estado do Piauí..... 40325

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada. . 40329

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 179ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de dezembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Heráclito Fortes e Eurípedes Camargo*

(Inicia-se a sessão às 10 horas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

E lido o seguinte:

PS-GSE nº 1.100

Brasília, 5 de dezembro de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas nesta Casa as Emendas de nºs 1 e 2, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 402, de 1999, da Câmara dos Deputados, o qual “Altera os arts. 61, 105 e 338 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre especificidades dos veículos de duas e de três rodas”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2002, e vai à publicação.

Sobre a mesa, Avisos de Ministro de Estado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

São lidos os seguintes:

– Avisos do Ministro de Estado da Previdência Social

Nº 400/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.098, de 2003, da Senadora Heloísa Helena; e

Nº 401/2003, de 30 de novembro passado, encaminhando as informações em resposta antecipada ao Requerimento nº 1.100, de 2003, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As informações foram anexadas aos processados dos requerimentos e encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2003 (nº 117/2003, na casa de origem)

Altera os arts. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 215 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Posse sexual mediante fraude

Art. 215. Ter conjunção carnal com mulher, mediante fraude:

.....“(NR) .

Art. 2º O art. 216 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Atentado ao pudor mediante fraude

Art. 216. Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

.....
Parágrafo único. Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (quatorze) anos:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a (4) quatro anos." (NR)

Art. 3º o **caput** do art. 219 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 219. Raptar mulher, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso:

....."(NR) .

Art. 4º O **caput** do art. 220 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 220. Se a raptada é maior de 14 (quatorze) anos e menor de 18 (dezoito), e o rapto se dá com o seu consentimento:

....."(NR)

Art. 5º O art. 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e sua rubrica passam a vigorar com a seguinte redação:

"Tráfico Internacional de Pessoas

Art. 231. Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição, ou, a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa, além da pena correspondente à violência." (NR)

Art. 6º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 231A:

"Tráfico Interno de Pessoas

Art. 231-A. Promover ou intermediar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoa, que venha exercer a prostituição.

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa.

Parágrafo único. Ao crime de que trata este artigo é aplicável o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 231."

Art. 7º O Capítulo V do Título VI (Dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com o seguinte título: "Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas".

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 117, DE 2003

Modifica os artigos 216 e 231 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para suprimir o termo "mulher honesta"

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 216 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 216. Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da conjunção carnal":

....."(NR)

Art. 2º O art. 231 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e sua rubrica passam a vigorar com a seguinte redação:

"Tráfico sexual

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que nele venha exercer a prostituição ou a sua saída para que vá exercê-la no estrangeiro:

....."(NR) .

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código Penal em vigor contempla anacronismos, estereótipos, preconceitos e discriminação em relação às mulheres, que já não mais se coadunam

com a contemporaneidade de luta pela afirmação de igualdades. Vivemos um momento paradoxal.

Este momento, marcado pelas expectativas de mudança e pelas inovações introduzidas pelo novo Código Civil, é propício para que se reivindique a imediata reformulação do Código Penal de 1940, com sua parte geral modificada em 1984. A peça contempla anacronismos, estereótipos, preconceitos, discriminação, logo, inconstitucionalidades em relação às mulheres. Exemplos são os dispositivos que aludem à mulher honesta como sujeito passivo dos crimes de “posse sexual mediante fraude” e “atentado ao pudor mediante fraude”, crimes previstos no título referente aos “crimes contra os costumes”, não contra a pessoa.

É inadmissível a manutenção de tais dispositivos, que não se coadunam com os valores sociais contemporâneos e violam os princípios constitucionais da igualdade entre os gêneros e da dignidade humana.

Neste sentido, espero contar com o apoio das/dos nobres Pares, para a aprovação deste projeto que, certamente, estará colocando o nosso país entre aquelas nações que promovem a equidade de gênero e o respeito da dignidade das mulheres.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2003. – Deputada **Iara Bernardi**, PT- SP.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal

Posse sexual mediante fraude

Art. 215 - Ter conjunção carnal com mulher honesta, mediante fraude:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único – Se o crime é praticado contra mulher virgem, menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Atentado ao pudor mediante fraude

Art. 216 – Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Parágrafo único – Se a ofendida é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Assédio sexual

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função’ (*Artigo incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001*)

Pena-detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Rapto violento ou mediante fraude

Art. 219 – Raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Rapto consensual

Art. 220 – Se a raptada é maior de 14 (catorze) anos e menor de 21 (vinte e um), e o rapto se dá com seu consentimento:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

CAPÍTULO V

Do Lenocínio e do Tráfico de Mulheres

Mediação para servir a lascívia de outrem

Art. 227 – Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 1º – Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, marido, irmão, tutor ou curador ou pessoa a que esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 2º – Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º – Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Favorecimento da prostituição

Art. 228 – Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

§ 1º – Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do artigo anterior:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 2º – Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º – Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Casa de prostituição

Art. 229 – Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Rufianismo

Art. 230 – Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º – Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, além da multa.

§ 2º – Se há emprego de violência ou grave ameaça:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, além da multa e sem prejuízo da pena correspondente à violência.

Tráfico de mulheres

Art. 231 – Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º – Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do art. 227:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 2º – Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º – Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Art. 232 – Nos crimes de que trata este Capítulo, é aplicável o disposto nos arts. 223 e 224.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2003

(Nº 644/2003, na Casa de origem)

Assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica assegurada à parlamentar gestante e ao parlamentar que seja pai, no curso respectivamente, de 120 (cento e vinte) dias e de 5 (cinco) dias.

Art. 2º Dentro de suas competências de mandato político no Poder Legislativo, uma licença, (sem prejuízo dos seus subsídios ou proventos, com a duração, legislativas, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão providências para inclusão nos seus sistemas jurídicos de norma, de igual conteúdo, protetiva ao gozo de licença – maternidade às suas parlamentares.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48 e 61 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º Fica assegurado à gestante que exerça mandato político no Poder Legislativo federal uma licença, sem prejuízos dos seus subsídios ou proventos, com a duração de cento e vinte dias.

Art. 2º Dentro de suas competências legislativas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, adotarão providências para inclusão nos seus sistemas jurídicos de norma de igual conteúdo, protetiva ao gozo de licença-maternidade às suas parlamentares.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em seu Art. 7º, assegurou aos trabalhadores urbanos e rurais diversos direitos sociais, encontrando-se dentre eles a licença-maternidade, descrita genericamente como “licença à gestante» no inciso XVIII. Muito embora não se possa estender a locução “empregado”, e muito menos a de “servidor público” aos agentes políticos, torna-se injusto e discriminatório que somente as mulheres parlamentares não gozem de proteção constitucional à maternidade.

Afastadas do relevante serviço de legislar em prol do país, amargam elas, justamente no período de plena gestação e parição, da ingratidão e do preconceito do Estuário Normativo pátrio, Esta lei visa colocar – as mulheres funcionais – agentes ocupantes de atividades públicas ou privadas – em igualdade de direitos;

e no mesmo patamar constitucional de valorização da maternidade.

Sala das Sessões, 3 de Abril de 2003. – **Sandra Rosado**, Deputada Federal, **Francisca Trindade**, Deputada Federal.

(Às Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2003
(Nº 335, de 1995, na casa de Origem)

Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal:

“Art. 14.

.....
§ 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.” (NR)

Art. 2º O § 2º do art. 83 e o art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83.

.....
§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.” (NR)

“Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

Parágrafo único. São requisitos básicos da seção e da creche referidas neste artigo:

I – atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e

II – horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 335, DE 1995

Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), que trata das penitenciárias de mulheres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O objetivo do presente projeto de lei é adequar o art. 89 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) com o art. 5º, L, da Constituição Federal.

Com efeito, a Lei de Execução Penal preocupou-se com as condições específicas da presidiária no tocante ao parto e à amamentação. No entanto, o art. 89 da Lei de Execução Penal não obriga a existência de seções para gestantes e parturientes presas e de creches para os filhos das presidiárias, apenas faculta a sua instalação.

A Constituição Federal de 1988 foi mais longe e tornou obrigatória a existência de instalações a fim de que as presidiárias possam amamentar seus filhos e dar-lhes assistência.

Tendo em vista o alto grau humanitário deste projeto de lei, tanto para a mulher presidiária quanto para seus filhos, contamos com o endosso de nossos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 18 de maio de 1995. – Deputada **Fátima Pelaes**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal

SEÇÃO III

Da Assistência à Saúde

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimentos médicos, farmacêuticos e odontológicos.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

TÍTULO IV

Dos Estabelecimentos Penais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos. (Incluído pela Lei nº 9.046, de 18-5-95)

CAPÍTULO II

Da Penitenciária

Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 103 e 105, de 2003**, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e o

nº 104, de 2003, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.823, DE 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo Nº 761, de 2003 (Nº613/2003 na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a opinar sobre o texto do “Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados”. Partes do Mercosul”, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

O ato internacional em apreço foi encaminhado ao Congresso Nacional em 23 de abril de 2002, por meio da Mensagem nº 292, de 2002, do Poder Executivo, para aprovação, consoante o que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, foi distribuída, por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, ao exame preliminar da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, à luz do disposto no inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996 –CN.

O referido ato internacional foi distribuído ainda às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, tendo recebido a chancela final daquela Casa no dia 9 de outubro de 2003, quando foi em seguida encaminhado ao Senado Federal.

Na Câmara Alta, o projeto de decreto legislativo foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores em 16 de outubro de 2003, e ao Relator signatário no dia 28 de outubro subsequente, após prazo regimental durante o qual não recebeu emendas.

II – Análise

Segundo esclarece a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, o acordo visa a dispensar artistas, professores, cientistas, desportistas, jornalistas e técnicos especializados, nacionais de qualquer dos Estados Partes, da necessidade de obter vistos para exercer atividades no âmbito de suas categorias respectivas no território dos demais Estados signatários, no caso de estadas de até noventa dias corridos, prorrogáveis por igual período. Os nacionais dos Estados Partes que desejam ingressar no território de outro signatário por superiores deverão obter o visto correspondente.

Dispõe o Artigo 3º que, para o ingresso no território de qualquer dos Estados Partes, o estrangeiro deverá comprovar a condição indicada no Artigo 1º e que a contratação ocorreu no país de origem ou de residência habitual. O Artigo 5º determina que a isenção de vistos estabelecida pelo Acordo não exime seus beneficiários do cumprimento das demais leis e regulamentos em matéria migratória vigentes em cada Estado Parte, e tampouco os exime do cumprimento das demais leis, particularmente as relativas ao trabalho e tributárias, e as leis e regulamentos de controle dos ofícios ou profissões regulamentadas, cujas normas deverão ser respeitadas em seu exercício.

À luz do Artigo 7º, por razões de segurança ou de ordem pública, cada Estado Parte poderá suspender total ou parcialmente a execução do ato Internacional em pauta. Em tal caso, a suspensão deverá ser imediatamente notificada aos outros Estados Partes, por via diplomática.

O Tratado de Assunção (1991), que criou o Mercosul, estabelece, como seu principal propósito, a constituição de um mercado comum, denominado “Mercado Comum do Sul”. Como se sabe, uma das características da etapa do mercado comum em um processo de integração é o livre trânsito dos fatores de produção, isto é, de capital e trabalho, entre os Estados membros. Entre os compromissos enumerados pelo Artigo 1º do Tratado de Assunção, ademais, está o de harmonizar as suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Do ponto de vista do Mercosul, portanto, o instrumento internacional em tela, ao estabelecer o livre trânsito e a permanência dos cidadãos de cada um dos países membros do Mercosul nos demais Estados Partes, vem contribuir para a implementação dos objetivos consignados no Tratado de Assunção.

III – Voto

Em face de todo o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo Nº 761, de 2003, que aprova o Acordo sobre Isenção de Vistos entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, 15 de dezembro de 2000.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2003. – **Marcelo Crivella**, Presidente, em Exercício, **Marco Maciel**, **João Alberto Souza**, relator, **Flávio Arns**, relator, **Antonio Carlos Magalhães**, **Luiz Otávio**, **Gilberto Mestrinho**, **João Capiberibe**, **Jefferson Péres**, **Aelton Freitas**, **Helio Costa**, **Lucia Vânia**, **Rodolpho Tourinho**, **Tião Viana**, **Sibá Machado**.

PARECER Nº 1.824, DE 2003

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003 (nº 2.408/2002, na origem), que aprova o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003 (PDC 2.408, de 2002, na origem), que aprova o texto da “Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras”, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000.

Por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, o diploma internacional em pauta foi submetido ao exame preliminar da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar do Mercosul, à luz do disposto no inciso I e §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN. A referida Representação recomendou a aprovação da Convenção em tela pelas demais Comissões temáticas do Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Redação. Aprovada por todos os órgãos colegiados

supramencionados, foi a matéria a Plenário, onde foi aprovada em 9 de outubro de 2003, e enviada ao Senado Federal.

II – Análise

Segundo a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, a Convenção divide-se em três partes. O Título I estabelece regras para evitar a tributação de imposto de renda. O Título II dispõe sobre regras referentes a depósitos francos. O Título III institui regras sobre a fiscalização conjunta de derivados do fumo.

O Capítulo I define o âmbito de aplicação da Convenção. São abrangidas as pessoas residentes, de um ou de ambos os Estados Contratantes, conforme definição contida no inciso 1 do artigo 4, segundo a qual a expressão “residente de um Estado Contratante” significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja sujeita a imposto em razão de seu domicílio ou residência, ou de sua sede de administração ou de seu lugar de constituição, no caso das pessoas jurídicas.

Os impostos objeto da Convenção são, no caso do Brasil, o imposto federal sobre a renda e no caso do Paraguai, o Imposto sobre as Rendas de Atividades Comerciais, Industriais e de Serviços, o Imposto sobre a Renda de Atividades Agropecuárias, o Imposto Adicional à Renda sobre Dividendos, royalties e Juros remetidos ao exterior e o Tributo Único. Tais impostos são enumerados, sem prejuízo de outros tributos, de natureza similar, que porventura venham a ser criados após a data de assinatura da Convenção em pauta, em substituição ou adição aos impostos já mencionados.

O Capítulo IV dispõe sobre os métodos a serem utilizados para eliminar a dupla tributação. Como regra geral, quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições da Convenção, sejam tributáveis no outro Estado Contratante, aquele Estado deduzirá do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago no outro Estado.

O Título II dispõe sobre a concessão recíproca de “Depósitos Francos” nos respectivos territórios dos países signatários. Segundo esclarece o artigo 29, Depósito Franco é o regime aduaneiro destinado ao recebimento, armazenamento, distribuição e expedição de mercadorias provenientes ou originárias dos territórios dos Estados Contratantes ou a eles destinadas, sejam originárias ou provenientes

de terceiros países, as quais, para efeitos aduaneiros, serão consideradas em regime suspensivo de impostos, ficando, portanto, isentas de pagamento de tributos.

O Artigo 34 determina que a fiscalização e o controle das mercadorias submetidas aos regimes especiais de Depósito Franco e de trânsito aduaneiro ficarão a cargo das autoridades aduaneiras dos respectivos Estados Contratantes.

O Título III trata das Disposições sobre a Prevenção e Repressão ao Contrabando, ao Descaminho e à Falsificação de Produtos Derivados do Fumo. Prevê ações conjuntas a serem empreendidas pelas autoridades aduaneiras e aquelas consideradas pelos Estados Contratantes como competentes, e o intercâmbio de informações tendentes à prevenção, investigação e repressão do contrabando, do descaminho e falsificação de cigarros e outros derivados do fumo, materiais e insumos utilizados para sua fabricação.

A Convenção inova, ao estabelecer a cláusula chamada de **taxsparing**. Esse dispositivo torna efetivos os incentivos fiscais que o Governo do Paraguai quiser criar para empresas brasileiras se instalarem naquele país, porquanto a Secretaria da Receita Federal renunciará à cobrança, das empresas brasileiras, do imposto de renda por elas economizado no Paraguai. Caberá ao Governo brasileiro, mediante critérios a serem determinados pela legislação nacional, conceder ou não o benefício referido supra, conforme as características de cada caso. As regras sobre o intercâmbio de informações com vistas ao combate e à prevenção da evasão fiscal são comuns aos acordos sobre bi-tributação assinados pelo Brasil com outros países. Além disso, são aumentados os controles aduaneiros sobre os depósitos francos do Paraguai situados em Santos e em Paranaguá, mediante as restrições estabelecidas às mercadorias em trânsito aduaneiro entre os dois países.

É importante destacar também que a Convenção prevê instrumentos para o combate à sonegação, à falsificação e ao contrabando, problemas que assolam as fronteiras brasileiras com os países vizinhos, em particular com o Paraguai.

Conforme assinala o Relatório emitido preliminarmente sobre a matéria pela Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, do ponto de vista do processo de integração do Mercosul a Convenção em tela reveste-se da maior importância, pois propiciará maior desenvolvimento à economia paraguaia, ao atrair, por meio

de incentivos, o investimento produtivo brasileiro, contribuindo, assim, para diminuir as profundas assimetrias existentes entre as economias dos Estados-Membros.

III – Voto

Em face de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2003 (PDC 2.408, de 2002, na origem), que aprova o texto da “Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos de Renda, Prevenir e Combater a Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras”, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000.

Sala da Comissão, 4 dezembro de 2003. – **Marcelo Crivella**, Presidente, em exercício, **Flávio Arns**, Relator, **Antonio Carlos Magalhães**, **Luiz Otávio**, **João Capiberibe**, **Marco Maciel**, **Jefferson Péres**, **João Alberto Souza**, **Gilberto Mestrinho**, **Aelton Freitas**, **Hélio Costa**, **Rodolpho Tourinho**, **Tião Viana**, **Lúcia Vânia**, **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os expedientes lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

OF/A/PSB/ 893/03

Brasília, 2 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Deputado Isaías Silvestre como suplente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos ‘salvados’, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão” (Requerimento nº 12/2003 – CN, do Senhor Romeu Tuma).

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Campos**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência designa o Deputado Isaías Silvestre, como suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de conformidade com o expediente que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à lista de oradores.

Com a palavra o Senador João Ribeiro. V. Exª dispõe de 10 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto hoje a esta tribuna para destacar a grande importância que tem para o meu Estado do Tocantins, sobretudo, para a Região Norte, a presença e atuação da Sudam, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, que na sua nova versão tem como principal propósito a articulação, o fomento da cooperação das organizações sociais para promover o desenvolvimento sustentável e não-excludente da Amazônia, assim como a integração competitiva da base econômica da Região dos mercados nacional e internacional.

Nas vésperas do ressurgimento da agência de fomento o competente Ministro Ciro Gomes afirmou que a nova Sudam seria o “cérebro do planejamento estratégico” e que apontaria “os caminhos do desenvolvimento, a fim de integrar a Região à economia do País e do mundo”.

Não se pode negar que o Governo Federal acertou quando recriou o Órgão, promovendo uma iniciativa que merece aplauso dos brasileiros, pois atende aos anseios dos Estados que compõem a Amazônia Legal e vem ao encontro das aspirações das Unidades Federativas que sempre tiveram a Sudam como fonte segura de recursos para o desenvolvimento da Região. A instituição pública promete dar maior prioridade ao planejamento estratégico da Amazônia, tendo o financiamento como um de seus instrumentos complementares, de acordo com o claro discurso do Ministro, que citei há pouco, e do próprio Presidente da República, o qual tive a satisfação de ouvir pessoalmente durante a solenidade de relançamento e inauguração das atividades do novo Órgão na Cidade de Belém.

Naquela oportunidade, testemunhei o anúncio feito pela Diretora-Geral, a Srª Maria do Carmo Martins, quando disse que a nova instituição governamental de promoção do desenvolvimento da Amazônia disporia de instrumentos financeiros e fiscais que seriam utilizados com um critério básico, assim afirmando: ‘Não vai receber incentivos fiscais quem quer mas sim quem pode.’

Considero acertada a posição de que os incentivos fiscais deixem a centralidade que tiveram durante todos esses anos e passem a ter papel complementar às políticas de desenvolvimento para a Região Amazônica. E mais ainda, que recebam, sim, esses incentivos apenas os programas de governo da região que estejam alinhados por orientação política da nova Su-

dam, como é o caso das iniciativas do Estado do Tocantins, pois acredito que o crédito de longo prazo, gravado com juros neutros, tem importância capital para o financiamento de empreendimentos que se implantem na região.

Do mesmo modo, aplaudo os estudos que estão em desenvolvimento no âmbito daquela Agência, que tem gerado idéias mais intimamente relacionadas com a nossa realidade.

Em recente solenidade, a direção da ADA, como ainda se intitula, apresentou ao Ministério da Integração Nacional o documento Portifólio de Arranjos Produtivos Locais – APL, contendo os resultados da Primeira Jornada de Seminários Participativos para Indicação de Referências Prioritárias para o Planejamento do Desenvolvimento Regional da Amazônia.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de decorridos praticamente quatro meses da cerimônia de lançamento da nova Sudam, o que temos de concreto é que essa agência de desenvolvimento, que sequer tem seu projeto de criação votado na Câmara dos Deputados – é nesse ponto que chamo a atenção do Senado e do Congresso Nacional –, em decorrência do cancelamento do pedido de urgência 15 dias depois de sua apresentação pela Presidência da República, articula e assim cumpre parte de sua missão o Presidente. Mas, infelizmente, não fomenta e deixa de realizar a parte mais importante da sua função maior.

E pela absoluta importância do assunto, abro aqui um parêntese para conclamar o Presidente desta Casa, o ilustre Senador José Sarney, os meus Pares e os demais integrantes do Colégio de Líderes a levarem apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, para, juntamente às demais Lideranças da Câmara dos Deputados, colocar na pauta de votação, em caráter de urgência urgentíssima, o Projeto de Lei nº 91, de 2003, de iniciativa do Poder Executivo, que instituiu, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivo, área de competência e instrumento de ação.

Concedo-lhe o aparte, Senador Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senador João Ribeiro, primeiramente quero congratular-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta manhã de domingo, quando o Senado se reúne para permitir que continuemos avançando nas reformas previdenciária e tributária, principalmente, porque temos certeza de que a aceleração da votação da

PEC paralela, de nº 77, vai permitir unir toda a tendência e a persistência dos Senadores e de todos os Partidos com relação a este assunto. Com certeza, na reforma tributária também teremos oportunidade de apreciar e votar no Senado Federal, até o final do ano, assunto da maior importância mencionado em seu pronunciamento: os incentivos fiscais. E aí se inclui também a Sudam e a Sudene. Temos certeza de que a Câmara Federal, o Presidente João Paulo Cunha, vai atender ao apelo da nossa Casa, de V. Ex^a, de toda a Região Norte, da Amazônia Legal, onde está incluída hoje a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, futuramente a nossa Sudam. Precisamos urgentemente do retorno da Sudam, para que possamos continuar a levar investimentos não só por meio de incentivos fiscais, mas também com a participação dos Governos Estaduais – neste caso do Tocantins e do Pará –, para podermos, em uma grande frente, com a participação dos Municípios do interior da nossa Região Amazônica, estabelecer uma meta de aumentar significativamente o índice de empregos na nossa região para fomentar a geração de renda. Assim reforçaremos a posição do Presidente dessa Casa e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, quando diz claramente que não existe, não só na nossa região, mas na Região Amazônica e até mesmo no Nordeste, uma só grande indústria instalada sem a capacidade de incentivos fiscais. Não existe nenhuma empresa instalada até hoje que não tenha tido essa condição. Dificilmente deixarão de instalar uma indústria no Sul e no Sudeste para instalá-la no Norte, na Amazônia e até mesmo no Nordeste, pelas distâncias e dificuldades. Hoje a nossa população vai em direção ao Sul e ao Sudeste, para absorver empregos e gerar renda. Deixam seus Municípios, as pessoas de idade e, principalmente, a condição de penúria. Nosso IDH está cada vez mais baixo, porque sem emprego não há renda e desenvolvimento. Portanto, cumprimento V. Ex^a. Conte com o apoio de toda a Bancada Federal do Pará para o objetivo que V. Ex^a hoje apresenta.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, nobre Senador Luiz Otávio.

Sou partidário da excelência da organização no setor público. Temos de buscar o que os professores de Administração chamam de efetividade na gestão da coisa pública. Mas defendo com a mesma ênfase a ação pronta e imediata diante das necessidades já postas e comprovadas pelos projetos sérios que se encontram na mesa dos técnicos da ADA ou nova Su-

dam à espera de que a área econômica do Governo Federal libere os recursos financeiros necessários para projetos que aguardam apenas a parte que cabe ao Governo para serem concluídos.

Se a nova Sudam tem hoje um ótimo planejamento, é preciso, pois, que tenha muita agilidade para pô-lo em prática.

Quero ressaltar que sempre estive alinhado com o pensamento exposto pelo Senhor Presidente da República durante a solenidade de recriação daquela Superintendência, quando afirmou nunca ter concordado com a criação da ADA em substituição à antiga Sudam por conta dos desvios cometidos por seus ex-administradores, mas sim por ser a favor da responsabilização dos culpados das fraudes.

É preciso, também, registrar que o ato de recriação da SUDAM representou uma vitória da persistência política de todos aqueles que lutam pela redução das desigualdades regionais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

A reinstalação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia significa, no nosso entender, a revisão e releitura da questão regional, restabelecendo-se a partir daí um novo marco na estratégia de desenvolvimento da Região Norte no nosso País, possibilitando que, além dos projetos locais, sejam também implementados outros investimentos que venham trazer investimento para a região.

Neste momento, sinto que é preciso fazer, também, um apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que aproveite melhor a grande capacidade do Titular da Pasta da Integração Nacional, o Sr. Ministro Ciro Gomes, dando a S. Ex^a e à sua equipe as condições necessárias e ideais para fazer da nova Sudam uma verdadeira realidade.

Finalmente, quero deixar registrado que a existência da nova Sudam enche de esperanças o povo do Tocantins, que aguarda uma ação consistente do Poder Executivo Federal na efetiva implementação do Órgão, para que os projetos de Infra-estrutura e as urgentes questões socioambientais de interesse do povo tocaninense sejam resolvidos já.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Sena-

dores, a revista **Época** que está nas bancas traz uma reportagem de capa intitulada: “Especial o número de negros na classe média dobrou em 10 anos”.

Esta realmente é uma informação fundamentada em pesquisas sérias que, pela primeira vez, mostram a ascensão – diríamos assim. Até mesmo o título da matéria é muito interessante – “Classe média na raça” –, que conta a história de negros que ascenderam na pirâmide social por esforço próprio. Não houve participação de cotas, não houve política de governo que fosse responsável por isso. Foi resultado de esforço próprio de cada situação.

Na matéria, há a história de um negro cujos avós foram escravos. Os pais, depois da libertação, foram lavradores pobres. No entanto, chegaram a se formar, o que demonstra realmente uma diferença brutal.

De antemão, peço a V. Ex^a a transcrição desse artigo na íntegra, por considerá-lo um marco histórico para reflexão, num momento em que essa questão das cotas está sendo implantada no País, principalmente no que tange às universidades, às escolas de nível fundamental e médio.

Devemos refletir sobre isso. Há dois momentos principais do negro no País: primeiro, após a Abolição da Escravatura, quando ficou a impressão – consagrada por Gilberto Freyre –, de que havia uma democracia racial no País, ou seja, de que negros e brancos conviviam sem problema nenhum, tendo chegado a ser exemplo, em muitos países da Europa, o fato de que o Brasil era alguma coisa de excepcional, onde realmente não havia nenhum racismo, nenhum tipo de preconceito racial. Sempre procurei ler sobre esses assuntos e, na condição de médico, sempre considerei que a questão não estava realmente ligada à raça, mas muito mais à questão social. Quer dizer, o âmago do preconceito está na questão social e essa reportagem mostra muito claramente que as coisas estão evidentes, que não há preconceito quanto ao estereótipo, digamos assim, mas muito mais quanto ao aspecto social.

Há um caso citado na reportagem, do Sr. Luiz Cláudio Rosa, de 41 anos, vice-presidente no Brasil da Lucent Technologies em Campinas, que chegou a esse cargo por seus méritos pessoais e, uma vez, chegando a um local dirigindo um carro de luxo, que ele comprou com seus proventos, foi confundido com um segurança. Isso mostra que, na verdade, há uma cristalização dessa situação no País.

Chamo a atenção principalmente para os dados demonstrados pela reportagem. O primeiro

mostra que, apesar das dificuldades históricas, dobrou o número de negros entre os brasileiros que ganham mais. Os negros são 15% dos brasileiros que ganham acima de R\$1.384,00 mensais, portanto, considerada a camada mais rica da população. E o que é mais importante: pela primeira vez, temos dados que mostram que não são somente os negros artistas ou desportistas que estão, realmente, tendo ascensão no País. Quando se fala em negros de sucesso, logo pensamos nos desportistas como Pelé e, do outro lado, os artistas, os grandes nomes do samba, do pagode, enfim, os grandes nomes que se consagraram.

Outro dado importante dessa reportagem é que os negros de classe média somam um rendimento anual de R\$46 bilhões e têm uma sobra mensal de caixa de R\$500 milhões. Na reportagem, chama a atenção o fato de que o Brasil discute a Alca, o Mercosul, a expansão do comércio, e os negros, com esse poder aquisitivo atual, não tinham, até bem pouco tempo, sequer produtos cosméticos específicos para a sua raça, tais como, xampus específicos para cada tipo de cabelo e cosméticos para o tipo de pele das mulheres. Foi uma empresa comandada por uma empresária negra que, ao fazer uma pesquisa entre os negros, detectou esse anseio. Hoje, tem um rendimento muito importante, porque esse mercado, realmente, se expande a cada dia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1992, apenas 1,38% dos chefes de família negros ganhavam mais do que cinco salários mínimos. Em 2001, esse índice passou para 2,68%. São números pequenos mas que mostram uma ascensão considerável. Resumo toda essa reportagem, dizendo que esse problema pode ser revertido na área social, tendo como base a educação. Na hora em que o Governo levar a sério, dar oportunidade aos negros de estudarem e de concluírem o curso superior ou o curso profissionalizante de nível médio, haverá, de maneira mais acelerada, a reversão dessa situação da raça negra no País.

Elogio a reportagem da revista **Época**, ao mesmo tempo em que já pedi a transcrição da matéria, por trazer ao debate, de maneira mais isenta, com dados estatísticos, com uma análise profunda dos problemas, o tema da ascensão dos negros, que considero uma questão de justiça. Não podemos fazer de conta que o problema não existe ou apenas ficarmos satisfeitos com esses números, que já são importantes, mas que ainda são muito tí-

midos diante do que devemos atingir para podermos dizer que somos uma democracia social.

Se não houver uma legislação que faça distinção de raça, como nos Estados Unidos e na África do Sul – do ponto de vista da sociedade e do Governo Federal –, isso demonstrará uma certa displicência com o problema, deixando, como se vê na reportagem, para que eles, pelo esforço próprio, invertam essa realidade.

Na matéria, há a declaração de um negro de que, segundo palavras do pai dele, o negro tem que provar tudo duas vezes. Tem que ser sempre bom e ser melhor do que os demais. Isso realmente mostra o quanto é sofrida a realidade do negro no País. Tem o caso de um cardiologista negro, importante Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que conta que, muitas vezes, o paciente, mesmo sendo pobre, ao chegar ao consultório e ver que o médico é negro, fica um pouco admirado. Depois que começa a conversar e a perceber o trabalho efetivamente profissional, muda de postura, porque vê que o que interessa ali é a competência desse médico, que tem até pós-doutorado nos Estados Unidos.

Portanto, é um registro que considero da mais alta importância para o País. Demonstra esse avanço, embora tímido, da raça negra. Todos costumamos dizer isto, aliás, recente estudo científico mostra que todo brasileiro tem, em seu componente genético, muito das raças negra e indígena e, obviamente, dos europeus, mas o importante é que possamos efetivamente acabar – não digo de uma vez, mas de maneira obstinada –, com essa realidade.

Assim, aplaudo essa reportagem. Nós, Parlamentares, precisamos avançar. Temos avançado, temos feito a nossa parte ao aprovar legislações que, realmente, deram condições aos negros de avançar na questão social da igualdade entre as raças.

Creio que, a partir dessa reportagem, poderemos aprofundar o debate e fazer com que as coisas andem de maneira mais segura até termos se não um paraíso pelo menos uma democracia, em que os direitos e os deveres sejam iguais para todos.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI,
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

Classe média

Apesar das dificuldades históricas, dobrou o número de negros entre os brasileiros que ganham mais

NELITO FERNANDES
e DANIELA BARBI

Os bisavós de Renato Ferreira, de 29 anos, foram escravos numa fazenda do interior do Espírito Santo. Seus avós, depois de assina-

da a Lei Áurea, trabalhavam como lavradores. Hoje, três gerações após a chibata, Ferreira é um advogado bem-sucedido no Rio de Janeiro. Cursa pós-graduação em Direito empresarial na Fundação Getúlio Vargas e estuda um convite para um mestrado na Universidade da Filadélfia, nos Estados Unidos. O Brasil está muito longe de ser a grande democracia racial

defendida por Gilberto Freyre no livro *Casa-Grande & Senzala*, mas histórias como a de Ferreira mostram que os negros estão superando as barreiras e conquistando espaços antes exclusivos de brancos "bem-nascidos".

Um levantamento inédito, feito com base em dados do IBGE por economistas do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), é uma fotografia desse avanço. Entre os chefes de família que ganham mais de R\$ 1.384 – ou seja, na parcela dos contribuintes do Imposto de Renda –, 14,69% são negros. É a primeira vez que se traduz em números con-

fiáveis a porcentagem de negros na classe média, embora já houvesse indícios de uma lenta mudança racial no topo da pirâmide social brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, entre 1992 e 2001 quase dobrou, entre os que ganham mais de cinco salários mínimos, o número dos chefes de família ne-

gros. Estatisticamente, são considerados negros a soma dos que se declaram pretos e dos pardos.

O que se entende por classe média negra brasileira ainda é uma minoria. Entre os 20% da população que são os brasileiros mais ricos existem 18,14%

Os negros são
15% dos
brasileiros que
ganham acima de
R\$ 1.384
mensais, a camada
mais rica da
população

de negros, contra 80,2% de brancos. Como seria de imaginar num país com o histórico de desigualdade social do Brasil, a porcentagem de negros diminui quanto mais alta é a faixa de renda. Na exclusiva camada do 1% de brasileiros mais ricos, 9,17% são negros e 86,55% brancos. Mesmo assim, e em-

bora não exista base anterior para comparação, é consenso entre os pesquisadores que está em curso o lento aburguesamento de uma parcela dos negros.

O estudo do Ibmec é revelador das dificuldades da ascensão dos negros e de sua manutenção na classe média. Comparando os dados sobre renda, educação e etnia de pais e filhos, os pesquisadores Fernando Veloso e Sergio Guimarães Ferreira chegaram aos números que demonstram onde estão os gargalos raciais do país. A ascensão social é mais rápida entre os que ganham menos. Entre os filhos de negros com pais mais pobres, 55% melhoraram de vida de uma geração para outra. Entre os filhos de negros que ganham até R\$ 716, um terço supera a renda dos pais. Na classe alta, o entrave

é brutal: o filho de um negro que ganha mais de R\$ 1.384 só tem 25% de chances de repetir a renda do pai. Entre os brancos, a probabilidade de o filho se manter na mesma faixa é de 53%. "É importante ressaltar que a dificuldade de ascensão social no Brasil não é apenas racial. Ao contrário do que se imagina, é muito difícil o filho de um pobre ficar mais rico que o pai", pondera Guimarães Ferreira.

Na educação, o obstáculo se repete. Setenta por cento dos brasileiros de todas as raças estão destinados a ficar no mesmo patamar de escolaridade que seus pais. Trata-se de um dos maiores índices do mundo, comparável ao da Colômbia. Em países como Estados Unidos e Alemanha ocorre o inverso: 70% superam o nível de instrução da geração anterior. Aqui, a probabilidade de um filho de negro com curso superior atingir a mesma escolaridade do pai é de 40,25%, enquanto a dos descendentes de brancos chega a 62,19%.

Formada em educação física, Ana Paula, de 31 anos, filha do médico Jocelino Peregrino Soares, é uma notável exceção. Cardiologista bem-sucedido, filho de pais com ensino fundamental, Jocelino, de 63 anos, tem doutorado nos EUA e leciona na Universidade Estadual do Rio ►

NEM ARTISTAS NEM ESPORTISTAS

■ **Da direita para esquerda:** o cardiologista Jocelino Peregrino, filho de pais com ensino fundamental, era um dos dois únicos negros em sua faculdade. A empresária de moda feminina Carla Dassa comanda uma fábrica de 30 funcionários e duas lojas. Nascido na Baixada Fluminense e filho de pais com ensino fundamental, o advogado Renato Ferreira recebeu convite para fazer mestrado no Exterior. O estudante de Direito Igor Anatoli foi aprovado pelas cotas e tenta seguir seu caminho

de Janeiro. "Meu pai dizia que, sendo negro, eu teria de provar tudo duas vezes, superar as dificuldades em dobro. Ensinei à minha filha a mesma coisa."

O pesquisador Fernando Veloso acredita na existência de uma barreira no ensino médio que impede os negros de dar um salto educacional. A maioria dos filhos de pais que fizeram até o ensino fundamental e médio não chega à universidade. No caso dos brancos, em geral os filhos conseguem estudar mais que os pais. "Esse é um gargalo que precisa ser resolvido pela sociedade." Veloso e Guimarães usaram como base a Pnad de 1996 e 2001. Nas pesquisas, o IBGE perguntou aos filhos qual era o grau de escolaridade e renda dos pais. Veloso e Guimarães cruzaram as respostas com a situação atual dos filhos. Como muitos desses pais nasceram nos anos 30 e 40, decidiu-se não incluir a mobilidade social e educacional das mulheres. "Como a presença delas no mercado de trabalho há duas gerações era ínfima, incluí-las no cálculo poderia gerar distorções e dar a impressão de que o país teve um avanço acima do real. É o método usado no mundo inteiro", explica Guimarães.

Mesmo fora da pesquisa, casos como o da empresária Carla Ribeiro Murokh Dassa, de 45 anos, mostram que também há progresso entre as mulheres negras. Dona de uma fábri-

ca de roupas com 30 funcionários e duas lojas de sua grife, Carla já nasceu na classe média alta. "O negro virou moda hoje em dia e acho isso ótimo, porque sempre me senti linda", diz. "Meu pai falava que tínhamos de andar com a cabeça erguida e tudo o que fizéssemos teria de ser o melhor. Minha filha de 15 anos quer ser juíza. Ela é branca como o pai e diz ter orgulho de ser negra como a mãe."

De acordo com o levantamento do Ibmeq, as chances de o filho de Claudio Lopes formar

Os negros de classe média somam um rendimento anual de **R\$ 46 bi** e têm uma sobra mensal de caixa de **R\$ 500 milhões**

seriam de 5,03%. Seu pai era caminhoneiro e a mãe escriturária. Nenhum dos dois tinha completado o ensino fundamental. Lopes se formou em escolas públicas e com bolsas de estudo. "Na escola pública, os negros eram a metade dos alunos. Quando entrei no colégio particular, senti a diferença. Era um dos dois únicos negros", lembra. Pós-doutorado em síntese orgânica pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, Lopes é coordenador do programa Jovens Talentos do governo do Estado. Sua equipe inventou a principal inovação de polícia científica dos últimos anos: o Luminol, líquido que identifica a presença de sangue num local mesmo depois que os vestígios são apagados.

Como qualquer outro fenômeno de mobilidade social, a ascensão dos negros causa estranhamento a quem já está no alto da pirâmide. Ainda existe o mito de que, para ter

dinheiro, um negro precisa ser jogador de futebol, ator ou pagodeiro. Até mesmo entre os negros a ideia permanece. Pelé é o mais citado como exemplo de negro brasileiro de sucesso numa pesquisa feita pela agência TBWA (ex-Grottera). O vice-presidente da Lucent Technologies, Luiz Claudio Rosa, de 41 anos, conta que foi dar uma entrevista a uma emissora de TV. Chegou de ternão, pilotando o próprio carro de luxo. Ao ver um negro bem vestido a bordo de um carrão, o segurança do canal foi direto: "O senhor veio buscar quem?". Ele não se abala. "O preconceito não é racial, mas social. A única forma de mudar é quebrar a inércia do sistema pernicioso de educação."

PODER NEGRO

- Luiz Claudio Rosa, de 41 anos, é vice-presidente no Brasil da Lucent Technologies em Campinas. Um dos executivos de tecnologia mais influentes do país, ele já foi confundido com motorista por um segurança quando dirigia seu carro de luxo

EXEMPLO

■ O consultor de vendas Ronaldo Souza, da empresa de tecnologia Aikon, sonhava trabalhar com Bill Gates. Filho de pais com curso fundamental, estudou em escolas públicas. O primeiro emprego foi como office-boy de uma representante da Microsoft, aos 16 anos

Rosa começou a trabalhar como técnico em eletrônica aos 18 anos e entrou na Lucent em 1995. Participou do desenvolvimento de produtos e virou referência em pesquisa industrial. Já deu centenas de palestras sobre oportunidades de negócios em tecnologia. "O que diferencia os Estados Unidos e o Brasil em termos raciais é que lá

há muito mais negros de classe média que aqui. Somente a mistura racial vai diminuir o preconceito", diz. Rosa vive numa casa de 300 metros quadrados em Sorocaba, interior de São Paulo, e não tem vizinhos negros. Sua situação é a mesma do cardiologista Jocelino Soares, que mora na Barra da Tijuca, zona nobre do Rio. "O precon-

ceito não é agressivo, é mais uma questão de estereótipo", acredita Soares. "Entre colegas não existe discriminação, e nos consultórios as pessoas costumavam estranhar um médico negro porque não era o que esperavam encontrar. Você pode até ficar abalado inicialmente, mas, depois, o que conta é o lado profissional." ►

■ O Grupo Planus, de consultoria empresarial, do Rio, tem 70% de negros em seu quadro de funcionários. Na empresa não existe política de cota racial: a maioria foi contratada em cargos de terceiro escalão e hoje ocupa postos de gerência. O dono da Planus é branco. Márcio Gualter (*o primeiro à direita*) é gerente contábil e acredita que seu caso e o dos colegas são uma exceção: "O Brasil é o país mais racista do mundo"

No mesmo bairro mora o supervisor de telemarketing Ricardo Venâncio, de 31 anos, que já foi confundido com o filho de um segurança. Venâncio não se aborrece com a situação. "A simples presença de negros aqui faz com que eles, aos poucos, se acostumem com a idéia."

Todos são vítimas do que o antropólogo americano Edward Telles chama de apartheid residencial, em seu livro *Racismo à Brasileira*. Segundo Telles, nos lugares mais ricos de São Paulo a população negra não chega a 16%. Na Zona Sul do Rio, ela é menor do que 15%. Um negro bem-sucedido, quando olha a sua volta, dificilmente encontra um par. Para o antropólogo, os negros no Brasil convivem com os brancos numa categoria intermediária que não existe nos Estados Unidos. "Os EUA, assim como a África do Sul, praticavam

uma segregação formal e muito rígida, enquanto no Brasil não existiam leis nesse sentido", explica. Mesmo segregada durante décadas, a classe média americana é maior que a brasileira. Lá, é duas vezes mais provável encontrar brancos do que negros no topo da escala social. No Brasil é ainda pior: a probabilidade sobe para cinco vezes. Na África do Sul, que ainda convive com as cicatrizes do apartheid, sobe para dez. O estudo de Telles demonstra que, na África do Sul, os não-brancos têm cinco vezes mais chances de ser pobres do que os brancos. Nos EUA e no Brasil, essa relação é equivalente – duas vezes mais.

Além da ausência de um racismo formal, a idéia de que o país vivia uma democracia racial, defendida por Gilberto Freyre na década de 30 e aceita como verdade até a Segunda Guerra Mundial, contribuiu para diminuir as tensões raciais. Na década de 50, essa crença estava tão difundida que o Brasil ganhou reputação mundial como um país onde brancos e negros viviam em harmonia e com chances iguais. Para tentar entender o segredo do sucesso, a Unesco encomendou uma série de estudos ao antropólogo Florestan Fernandes (1920-1995) – e o mito foi derrubado. Fernandes mostrou a desigualdade racial e suas constatações serviram de combustí-

vel para o movimento negro brasileiro protestar por soluções.

Quatro décadas depois, os primeiros resultados começam a aparecer, ainda que tímidos. A consultoria carioca Planus, por exemplo, tem 70% de negros em cargos de gerência. Ao contrário do que se poderia imaginar, a empresa

Em 1992, só
1,38% dos
chefes de família
negros ganhavam
mais do que cinco
salários mínimos.

Em 2001, eles eram
2,68%

não tem uma política de cotas. Todos estão em seus postos por mérito. "Os únicos critérios aqui são qualidade e profissionalismo", diz Manoel Tito Pestana, diretor da Planus. Sheyla Maria Coutinho de Albuquerque, por exemplo, começou como recepcionista. Participou de vários cursos na empresa, foi promovida e hoje é gerente de pessoal. "Ser avaliada pela capacidade melhora a auto-estima e dá mais segurança no próprio trabalho", conta Sheyla.

Em 1998, a agência de publicidade

TBWA fez uma pesquisa para conhecer melhor a classe média negra brasileira – e achou ouro. Dos entrevistados, 36% queriam sabonetes especiais, 31% roupas com motivos africanos, 27% reclamaram de que não existiam temperos mais fortes no mercado. "Os negros tinham dificuldade para encontrar produtos especiais para seus cabelos, que são mais finos

e se quebram com facilidade", explica Veronica Wolff, gerente de marketing da Nazca Cosméticos, a primeira empresa a lançar uma linha exclusiva para negros, que hoje corresponde a 13% do faturamento. O levantamento da TBWA estimou que os ne-

AUTO-ESTIMA

■ O supervisor de telemarketing

Ricardo Venâncio sentiu a diferença racial na pele quando se mudou de um bairro da Zona Norte carioca para a Barra da Tijuca. Filho de advogado, foi confundido com o filho do segurança do condomínio

gros somam um rendimento anual de R\$ 46 bilhões e uma sobra de caixa mensal de R\$ 500 milhões. Não gastam esse dinheiro em boa parte porque não encontram produtos e serviços produzidos especialmente para eles. "Quantos restaurantes de comida japonesa você conhece? Provavelmente, dezenas. E de comida africana?", pergunta Luis Grottera, presidente da agência. "Enquanto discutimos Alca, Mercosul e tudo o mais, existe um mercado imenso aqui no Brasil que deseja consumir mas não encontra produtos." ■

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente, José Sarney, Srªs e Srs. Senadores, cupuaçu, andiroba, copaíba e açaí guardam entre si infeliz e preocupante semelhança: esses nomes de frutas e os nomes de muitas outras espécies vegetais já foram registrados no exterior como se marcas fossem.

Pretendo compartilhar com V. Exªs minha inquietação com um tema que tem ganhado crescente repercussão na mídia, sem a correspondente união de esforços do Governo, da sociedade civil e do Congresso para tratar de um assunto de tão grandes implicações econômicas, que diz respeito a nossa própria noção de soberania.

Há alguns séculos, os piratas se valiam de armas de fogo e da imensidão dos mares para roubar, principalmente, metais preciosos e especiarias. Nos dias atuais, o palco em que se verifica a pirataria não é mais o oceano, mas as florestas e as reservas naturais de países, como o Brasil, detentores de grandes biodiversidades e patrimônio genético.

Os métodos também ficaram mais sutis: os biopiratas se valem do mundo do contrabando e, muitas vezes, da estrutura de quadrilhas envolvidas com o narcotráfico para retirarem ilegalmente espécimes animais e vegetais de nosso País e exportá-los para atravessadores, grandes laboratórios farmacêuticos e cientistas pouco éticos e inescrupulosos.

Estamos falando de um mercado bilionário em que o Brasil é um dos alvos principais, em função de nosso território apresentar a maior biodiversidade do planeta. Apenas a título de exemplificação, vale lembrar que o mercado mundial de medicamentos derivados de plantas, estimado entre US\$30 e US\$40 bilhões, não pára de crescer.

Inúmeras espécies vegetais têm também grande valor comercial em outros ramos, ao alimentarem, por exemplo, a não menos bilionária indústria de cosméticos. Basta mencionar que a principal substância fixadora do perfume francês Chanel nº 5, um dos mais caros do mundo, é um álcool chamado linalol, substância extraída do pau-rosa, madeira tipicamente brasileira e, aliás, ameaçada de extinção.

Isso sem falar nos casos mais grotescos, em que empresas tais como a japonesa Asahi Foods registram

nomes de frutos tipicamente brasileiros como se esses nomes fossem passíveis de apropriação privada. Infelizmente, essa aberração nos leva a duas conclusões inevitáveis. A primeira é a de que a ganância de poderosas multinacionais desconhece o bom senso mais elementar quando se trata de aumentar os lucros por meio do registro dos nomes de frutas como o cupuaçu, a andiroba, o açaí e até do patenteamento – pasmem V. Ex^{as}! – de processos tipicamente nacionais, como é o caso da brasileiríssima caipirinha.

A segunda conclusão é a de que falta, em nível internacional, um regime unificado que trate das questões de biossegurança que envolvem o registro de marcas e patentes.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Augusto Botelho, cumprimento V. Ex.^a por abordar um tema muito importante para todos os brasileiros. É necessário que os brasileiros de todos os recantos do País se preocupem efetivamente com a biopirataria no País. V. Ex.^a citou o exemplo do pau-rosa. Muitas pessoas usam o perfume Chanel, mas não têm noção de que o seu fixador é extraído de uma madeira da Amazônia. Agora há um caso mais gritante: o patenteamento do nome “cupuaçu” por uma empresa japonesa. Para não roubar muito o tempo de V. Ex.^a, só gostaria de dizer que devemos bater nessa tecla várias vezes para que todos percebam que esse não é um problema só da Amazônia. A biopirataria, repito, não é um problema só da Amazônia, mas de todo o Brasil. É preciso encarar isso com muita firmeza. Tenho esperanças de que a nova política de relações internacionais do Brasil, seja no campo diplomático, seja na área comercial, coloque realmente fim a essa forma, como V. Ex.^a disse, moderna de os piratas agirem em nosso País, roubando as nossas riquezas de maneira descarada e aberta.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex.^a.

Concedo o aparte ao Senador Raupp, defensor do gasoduto de Rondônia.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Augusto Botelho, V. Ex.^a traz um tema de grande relevância e altamente preocupante para o nosso País e principalmente para a Amazônia. Já tive oportunidade de debater esse assunto da tribuna do Senado, no início deste ano, quando a Asahi Foods, empresa japonesa a que V. Ex.^a se refere, patenteou quatro produtos da Amazônia: cupuaçu, andiroba, açaí e se não me falha a memória, a copaíba. Agora o Brasil tem que lutar na Organização Mundial do Comércio, (OMC) para que-

brar as patentes dessa empresa japonesa. Não podemos vender produtos com esses nomes no exterior, porque essa empresa patenteou no Japão, nos Estados Unidos e em toda a Europa esses quatro frutos. Hoje não temos condições de vender produtos com esses nomes lá no exterior. V. Ex.^a está de parabéns, por trazer esse tema à tona no Congresso Nacional. É preciso que as autoridades, principalmente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, se preocupem mais com essas questões em âmbito internacional. Parabéns.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, segundo Senador que vive na Amazônia.

Agora, com muito prazer, vou passar a palavra a um dos defensores da Amazônia, que vive lá no outro extremo do Brasil, no Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Esse assunto que V. Ex.^a aborda é da maior importância. Não consigo entender por que as autoridades brasileiras ainda não tomaram, pelo menos publicamente, alguma iniciativa no sentido de resolver esse problema. Na verdade, são dois aspectos: o primeiro, o roubo na Amazônia desses produtos e de outros utilizados para fazer medicamentos e perfumes. Uma infinidade de riquezas que existem ali estão indo para fora. O segundo, o absurdo de uma empresa japonesa registrar lá fora produtos nossos, típicos do Brasil e nós não podermos vendê-los no exterior. Esse é um assunto que o Governo brasileiro deveria analisar e intervir nessa negociação. Se, pelo menos, assumissem a internacionalização da Amazônia, todo mundo poderia usar esses produtos, não só alguns poucos países. O assunto que V. Ex.^a está levantando é da maior seriedade. A imprensa já publicou várias matérias sobre ele, mas eu não vi nenhuma resposta, não ouvi nenhuma autoridade brasileira dizer que vai fazer isso ou aquilo. De que devemos tomar providências neste sentido não tenho dúvida nenhuma: evitar o contrabando, a ida desse produtos para lá da maneira que está indo, registrá-los em nosso nome e obter a devida cobertura dos órgãos competentes. Meus cumprimentos pelo importante e significativo pronunciamento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado.

Estou fazendo esse pronunciamento porque amo o Brasil, amo a Amazônia e sinto que temos perdido muitas riquezas. Tenho dito que enquanto não registrarmos cientificamente todos os produtos existentes na Amazônia, todos os animais, todos os vegetais e, quiçá, algumas bactérias que só existem lá, não seremos donos da Amazônia. Temos em nosso território a maior bi-

odiversidade, mas ela está fugindo de nossas mãos, está saindo pelos nossos dedos em nossa frente. Por isso eu e outros Senadores da Amazônia vamos insistir nesse tema até que haja uma normatização e consigamos mais recursos para nossas universidades, porque são as universidades que vão registrar os produtos. Não existe outra forma de catalogar a biodiversidade senão por meio das universidades, que já estão lá e têm pessoas capacitadas para isso.

Grosso modo, podemos dizer que há dois paradigmas mundiais que tratam desses temas e que têm sido utilizados de maneira distinta e, muitas vezes, contraditória.

O primeiro deles é representado pela Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 1992, sob os auspícios da ONU, que promoveu, naquele ano, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92. Esse documento contempla e prestigia de maneira inequívoca o conceito de desenvolvimento sustentável, noção que passou a fazer parte de todas as considerações políticas e econômicas entre países.

De maneira sintética, esse documento – de abrangência universal – antepõe o interesse público e o bem comum da humanidade à propriedade e aos interesses privados. Trata-se de atribuir uma espécie de “função social” ao direito de marcas e patentes.

Por esse motivo, há uma nítida preocupação em integrar as comunidades locais e tradicionais na repartição de benefícios advindos da comercialização de conhecimentos adquiridos e conservados durante séculos no seio das sociedades.

Lembro um pronunciamento da Senadora Fátima Cleide, que, ao visitar as instalações da Petrobras na Amazônia, se mostrou triste com as condições sociais dos habitantes tradicionais locais, que não tinham nenhum benefício com aquelas instalações, não tendo disponível nem o gás natural.

Esse texto, em vigor no Brasil desde 29 de maio de 1994, reforça a necessidade de cooperação internacional para a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes.

Porém, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, a questão encontra-se regulamentada pelo Tratado sobre Direito de Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio Internacional, Trips, de 1995, que assegura o tratamento privatizante dos recursos biológicos, passíveis, pois, de serem protegidos por direitos privados de propriedade intelectual. Nessa esfera, não há nenhuma preocupação em repartir os benefícios do detentor das patentes com os

países ou com as comunidades titulares do material biológico ou do conhecimento tradicional associado à exploração de um determinado produto.

Por essa razão, tem sido uma das bandeiras empunhadas pelos países megadiversos, tais como o Brasil, Índia, Colômbia e Peru, a criação de um sistema de proteção na própria OMC que contemple não só a origem do material genético e o consentimento prévio das comunidades, como também a repartição dos benefícios eventualmente obtidos com a comercialização do produto.

Ao expormos a regulamentação da matéria no âmbito internacional, necessitamos ressaltar – com a devida ênfase – um aspecto dessa realidade: a ausência de uma unicidade de visões no plano internacional não legitima nem justifica o tratamento incompleto, ineficaz e incompatível com a importância do tema por parte das autoridades brasileiras.

Falta-nos, até os dias de hoje, uma regulamentação unificada que verse sobre o acesso aos recursos genéticos, defina as práticas passíveis de serem qualificadas como biopirataria e estabeleçam sanções penais que punam com rigor os agentes que se apropriarem de forma indevida de elementos da biodiversidade brasileira.

No esforço para regulamentar o artigo 15 da Convenção sobre Diversidade Biológica, em vigor no Brasil desde 1994, inúmeros Parlamentares já tomaram a iniciativa de apresentar projetos, a começar pela Senadora e hoje Ministra Marina Silva, que apresentou projeto de lei nos idos de 1995, projeto esse que ainda tramita no Congresso Nacional, nos termos do substitutivo do Senador Osmar Dias, do PDT.

A Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, até hoje não foi convertida em lei ordinária. Por seu caráter intrinsecamente provisório, tal norma é refratária ao estabelecimento de sanções de caráter penal, o que, sem dúvida, enfraquece o poder punitivo do Estado para com práticas renitentes de biopirataria.

Sentimos falta – não há dúvida – de uma coordenação de esforços por parte do Governo, que permita tratar o tema da forma e com a urgência que a regulamentação definida da matéria possui para o País. Em outras palavras, salvaguardarmos nossa biodiversidade e os interesses de nossas comunidades tradicionais é medida estratégica para uma melhor inserção brasileira no concerto das nações.

Se, nos dizeres do ex-Chanceler Celso Lafer, o desenvolvimento é a expressão moderna do conceito de progresso, aquele passa necessariamente por in-

vestimentos maciços no conhecimento e na proteção de nossos recursos genéticos. Como já ressaltou com muita propriedade José Graça Aranha, ex-Presidente do INPI, Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, as discussões sobre proteção à propriedade intelectual e proteção à biodiversidade e aos conhecimentos não se excluem.

Ao contrário, é do interesse de todos que esses sistemas se reforcem mutuamente para atender de forma satisfatória tanto os detentores de biotecnologia quanto os países ricos em biodiversidade, tendo sempre como norte a noção de desenvolvimento sustentável. A espoliação e a apropriação indevida de espécimes e de conhecimentos tradicionais são iniciativas espúrias e devem ser rechaçadas por toda a comunidade internacional.

Para isso, só uma legislação eficiente não basta. É necessário prestigiarmos os quadros técnicos do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, insuficientes para dar conta da enorme demanda de pedidos de patentes que são feitos a cada ano. É preciso prestigiarmos também o Ibama, responsável pela defesa incondicionada de nossa flora e fauna.

Sobre esse aspecto, vale lembrar que Dener Giovanini, coordenador da Rede Nacional contra o Tráfico de Animais Silvestres, Renctas, recebeu, no último dia 19 de novembro, na sede da ONU, em Nova York, o prêmio Sasakawa de Meio Ambiente, prestigiado como um dos mais importantes do mundo. O único brasileiro a receber esse prêmio antes dele foi o líder seringueiro Chico Mendes.

O exemplo de abnegados como Dener Giovanini e Chico Mendes deve servir de incentivo às políticas públicas que invistam no material humano brasileiro para a defesa de nossa biodiversidade. Afinal, de que modo protegeremos aquilo que desconhecemos?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente José Sarney, já estou terminando. Em nosso continente, países com menos recursos já foram capazes de mapear, em bancos de dados unificados, a incrível quantidade de espécies que habitam a América do Sul. Por que não fazemos o mesmo?

Quando transformaremos o potencial econômico da biotecnologia em benefícios para as comunidades tradicionais em defesa de nossos ecossistemas? Quando é que diminuiremos os pagamentos de **royalties** a empresas e a laboratórios estrangeiros? No Brasil, todos os medicamentos pagam **royalties**. Gastamos bilhões de dólares porque não investimos

em pesquisa na área farmacêutica de medicamentos humanos.

Quaisquer que sejam os partidos políticos, independentemente de ideologias e de injunções circunstanciais, a resposta a essas perguntas passa necessariamente pelo investimento maciço na produção científica brasileira. A solução requer o conhecimento científico atrelado ao aporte de recursos públicos e oriundos da iniciativa privada. Precisamos de uma produção científica que gere tecnologia a serviço do bem comum e do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, Senador Sarney, Senador Simon, nossos cientistas já foram capazes de explorar petróleo em águas profundas, de desenvolver uma indústria agrícola altamente competitiva, de obter conhecimento em biologia suficiente para o seqüenciamento de genomas. Somos um dos países que têm o alfabeto da vida, o genoma, de mais espécies catalogado.

Estou certo de que temos recursos de sobra não só para protegermos nosso patrimônio genético, mas também – e sobretudo – para utilizá-lo na busca de um desenvolvimento inclusivo e sustentável. É isso o que chamamos de progresso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, pela Liderança do PSDB.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, meus nobres Pares, meu caro companheiro de representação do Tocantins, Senador João Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu nobre Líder, Senador Renan Calheiros, meu nobre Senador Pedro Simon, Senadora Heloísa Helena, primeiramente, saúdo todos, neste domingo em que reunimos o Senado da República com o principal objetivo de atendermos aos prazos e de tornar realidade o sonho de muitos Parlamentares, de muitos brasileiros.

Tratou-se, Sr. Presidente, de uma luta que precisou da participação e da construção de todos, mas principalmente do Senador Paulo Paim, que viveu um momento único, um momento singular em sua carreira, sem abrir mão dos princípios da garra, da determinação, e dos compromissos definitivos na sua vida pública com o trabalhador, o salário mínimo, a discriminação social. Então, veio a reforma da Previdência, um momento difícil da luta de V. Ex^a, e surgiu a alternativa da PEC paralela.

Não há outro caminho hoje. Se quisermos dar aos trabalhadores uma esperança na transição, com a pari-

dade, e em tantos outros pontos, nada mais há a fazer senão estar aqui, hoje, contando prazo e lutando pela PEC paralela. Essa é a razão de estarmos aqui num domingo. E V. Ex^a simboliza bem este momento. Eu poderia até dizer que essa sessão se realiza, fundamentalmente, pela presença e pela luta de V. Ex^a.

Sr. Presidente, ao fazer esta breve introdução e ao falar pela liderança do meu Partido, o PSDB, quero dizer que estamos aqui também para construir. Essa foi a postura que nos ensinou o Presidente Fernando Henrique Cardoso e é a orientação que temos recebido do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, e do nosso novo Presidente, o grande brasileiro José Serra.

Quero abordar, em palavras rápidas, um tema que me parece bastante importante neste momento de reconstrução do País, quando repensamos a nossa condição de Nação. Tenho me batido muito pelo reordenamento da população brasileira no território nacional, o que passa obrigatoriamente pela reforma agrária.

Tenho feito aqui algumas análises e imagino que só faremos a verdadeira reforma agrária neste País por meio da união de esforços dos Estados, dos Municípios, das entidades que representam os trabalhadores rurais, como o MST, a Contag, e todas as outras, mas, acredito, por um cadastro que comece nos Municípios.

Nós costumamos dizer que quem conhece a realidade de cada Município é o Prefeito, é sua população. Quem sabe quais são as propriedades produtivas e improdutivas são os Prefeitos. Então, Sr. Presidente, eu imagino que os cadastros feitos nas periferias das grandes cidades recolhem pessoas sem identidade com a terra, que chegam aos assentamentos e não recebem o apoio necessário para permanecer ali. Isso é simples produção de números na transformação de miseráveis urbanos em miseráveis rurais, o que definitivamente não contribui para a mudança do perfil do desenvolvimento no Brasil e para a boa ocupação da terra neste País.

Sr. Presidente, o País possui milhares de aqueles produtivos. Podíamos organizar conselhos de reforma agrária nos Municípios, com a participação do Prefeito, de juízes de Direito, de membros da OAB, da sociedade civil, das igrejas, e formular os cadastros a partir daí. Se fossem apontadas por esses conselhos as terras improdutivas, porque elas estão efetivamente nos Municípios, nós poderíamos fazer um processo de reforma agrária sem a desorganização do setor produtivo nacional.

O Brasil vai bem em alguns setores. É preciso dizer que este País já é o maior exportador de carne do mundo e o segundo maior produtor de soja. O Brasil vai bem no agronegócio. Será, então, que vamos optar por

fazer uma reforma agrária com invasão de terras, com cadastro de pessoas que nada têm a ver com o meio rural, e provocar a desestabilização de quem tem a propriedade e está produzindo? Provocaremos o esvaziamento das favelas e estancaremos o inchaço das cidades ao cadastrar pessoas, mas estaremos prometendo algo que não poderemos cumprir, porque não vamos transformar miseráveis urbanos em produtores rurais.

Eu imagino, então, Sr. Presidente, que o caminho viável para esse trabalho será ter uma base nos Municípios, conselhos de que participem as entidades civis e, principalmente, algo que funcionou e vem funcionando muito bem no Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os efetivos avanços nas condições de trabalhadores rurais e os acertos nos índices de produtividade e projetos de assentamento são fruto do financiamento do Pronaf. Eu imagino, então, que uma ampliação do programa, aliada à criação desses conselhos nos Municípios, com as entidades civis representadas, permitiria a formação de um cadastro. E por que não ter o MST à mesa? Discutiríamos com a Contag e o MST, mas a partir dos Municípios.

Recentemente, assisti a um debate entre o Governador do Estado de São Paulo e alguns representantes do MST sobre qual cadastro iria prevalecer na hora dos assentamentos. E pareceu-me bastante razoável o que disse o Governador: "Apontem-me qual é a origem desse cadastro feito pelo MST". E muitas das pessoas cadastradas responderam que moram nas periferias das grandes cidades e foram convidadas a integrar o Movimento dos Sem-Terra – porque efetivamente são sem-terra e estão desempregadas.

Quero finalizar esta breve participação, em primeiro lugar, saudando o meu jovem filho Guilherme, que me deu a alegria de acompanhar-me neste domingo. Talvez não seja um grande programa para ele, mas é para mim a companhia do Guilherme, a sua presença na tribuna desta Casa.

Sr. Presidente, acredito na retomada de um projeto nacional, como fez Juscelino Kubitschek, com a redivisão de Estados. Não vou citar o Tocantins, mas Mato Grosso. Após a divisão e o surgimento do Estado de Mato Grosso do Sul, restam 906 mil quilômetros quadrados de terras absolutamente produtivas. E o Estado já era o maior produtor de soja e de algodão do País.

Quero parabenizar a administração do Governador Blairo Maggi, que está à frente daquele Estado.

Outros Estados redivididos, com uma melhor ocupação do território nacional, um Pronaf verdadeiramente fortalecido e um cadastro originado das ba-

ses é algo que faria com que este Brasil estivesse mais bem ocupado.

Não acredito que os Srs. Senadores desconheciam esse número, mas talvez não tenham refletido sobre ele: mais de 90% dos orçamentos públicos do País ainda estão sendo gastos no sudeste litorâneo. Esse é o resultado da concentração de pessoas nas grandes cidades. É por isso que os brasileiros ainda estão sendo induzidos a deixar o Norte e o Nordeste para ir em direção às grandes cidades.

Sr. Presidente, essas eram as considerações que eu queria fazer, contando, mais uma vez, com a benevolência de V. Ex^a, com a paciência e também com a participação dos meus nobres pares nesta manhã de domingo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Eduardo Siqueira Campos, agradeço as palavras de V. Ex^a e as estendo aos 81 Senadores. E se V. Ex^a me permite, quero felicitá-lo pela história bonita que me contou. Parabéns a V. Ex^a e ao Guilherme.

Com a palavra o nobre Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dois assuntos chamaram-me a atenção na diária leitura dos jornais, neste domingo em que estamos trabalhando exatamente para a contagem do prazo fundamental para a efetivação das reformas previdenciária e tributária e da própria votação da PEC paralela, pois o País sabe que pretendemos concretizar muito do que foi possível negociar no Senado Federal depois da longa e exaustiva negociação que a reforma da Previdência teve na Câmara dos Deputados.

Uma matéria da revista **Istoé**, assinada por Lia Vasconcelos, diz o seguinte:

“Dura resistência.”

Congresso aprova lei que protege a Mata Atlântica.

Depois de 11 anos de tramitação no Congresso, finalmente a Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira 3, o projeto de lei que regula o uso e a proteção sustentáveis da Mata Atlântica, a segunda floresta mais ameaçada de extinção no mundo.

Uma área equivalente a um campo de futebol é destruída a cada quatro minutos

Houve uma resistência dura por parte de setores mais retrógrados e conservadores, que acreditavam que a aprovação da lei que protege a Mata Atlântica limitava a área de cultivo, o que é um grande equívoco.

Durante essa tramitação longa, Sr. Presidente, houve muita guerra de informação, falsas informações, mas também o empenho do atual Governo do Presidente Lula, que, sem dúvida, não aceitou lavar as mãos. Depois de algumas críticas, evidentemente de setores ambientais, pressionou no sentido de que essa lei, inspirada pelo então Deputado Fábio Feldmann e que confirma os limites da Mata Atlântica, que abrange 17 Estados brasileiros e que abriga mais de 20 mil espécies de plantas, das quais 8 mil só existem nela, definitivamente fosse aprovada. Há algumas exceções a projetos de utilidade pública ou de cunho social, como estradas e obras de saneamento, se não houver alternativa, evidentemente, para isso. O projeto ainda aguarda votação no Senado Federal.

Duas coisas eu gostaria de dizer sobre este assunto: essa lei é muito importante para consolidarmos, no Brasil, a consciência de que é muito mais rentável econômica e socialmente preservar uma floresta do que derrubá-la para tentar outra cultura. Se não avançarmos no rumo dessa consciência, para que as mais ou menos 120 milhões de pessoas que vivem em torno da Mata Atlântica possam ter isso como meta fundamental, haverá muita dificuldade para se manter a Mata preservada, tamanha é a precariedade da própria fiscalização. Sou de uma região da Mata Atlântica, a mais preservada do Estado de Alagoas, e diariamente deparamo-nos com roubos, venda de madeira, uma coisa absurda, sem que, efetivamente, o Ibama e os órgãos de defesa do meio ambiente estejam aparelhados para sua fiscalização.

Sr. Presidente, no que se refere à lei que protege a Mata Atlântica, desejo informar ao Plenário que, na próxima segunda-feira, procurarei os Líderes Partidários para que possamos ter urgência urgentíssima para esse projeto e, quem sabe, concluir a sua votação antes mesmo do recesso deste ano. Seria fundamental a participação do Senado, para que o Brasil tivesse logo essa lei e, com ela, a conscientização definitiva de manter o que resta dos quase 8% da sua floresta.

Sr. Presidente, antes de encerrar, quero me referir a um outro assunto importante que está no jornal **O Globo**: trata-se da necessidade da volta da Petrobras para o setor petroquímico.

Coincidentemente, fui executivo da Petroquisa durante o Governo de Itamar Franco e me envolvi muito na discussão deste assunto, sobretudo no BNDES, quando fazíamos a privatização. Na oportunidade, tive a honra de defender pontos de vistas, que hoje estão afirmados em vários estudos nacionais e internacionais, sobre a necessidade da participação da Petrobras, o que não significa, absolutamente, que ela deva ser reestatizada. Quem diz isso está querendo tumultuar o que se pretende com a discussão.

Para que a petroquímica nacional volte a ter políticas mais abrangentes de desenvolvimento de pesquisa, investimento em infra-estrutura, ampliação das ações na Bolsa, desoneração tributária, dentre outras medidas, e políticas setoriais de incentivos a fusões, aquisições e reestruturações financeiras, coordenando a política comercial, especialmente de exportações, e fazendo, Sr. Presidente, sob o ponto de vista da cadeia produtiva, o que se faz na China, na Coréia, em Taiwan, no Irã e na Malásia. Portanto, é fundamental que a Petrobras volte a priorizar isso, sem pretender ter o controle dessas empresas, mas continuando onde praticamente já está, na primeira geração, nas centrais de matérias-primas, e, na segunda geração, nas empresas de pólos nordestinos, como o Pólo de Camaçari, e, no Sul e Sudeste, o Pólo de Triunfo, no Rio Grande do Sul, e o Pólo PQU, de São Paulo, que é a central de matéria-prima. Essa é uma discussão inevitável e, por isso, é fundamental que o Senado entre o mais rapidamente possível nesse assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eurípedes Camargo. S. Ex^a dispõe de até 10 minutos.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, o Senador Mozarildo Cavalcanti abordou um tema com o qual tenho tentado contribuir e, com muita propriedade, falou a respeito da questão racial, enfocando a ascensão do negro na classe média. S. Ex^a fez a sua explanação baseando-se em dados concretos e também abordou a questão social. Eu diria que há um componente racial ainda forte, no qual eu colocaria um peso maior do que o que S. Ex^a colocou na questão social, mas, de qualquer forma, temos concordância quanto a essa ascensão.

A sociedade brasileira vai clareando essa situação de raça. Não quero negar os avanços, pois também acredito neles – eles são perceptíveis, concordo

com V. Ex^a –, mas eu diria que houve um processo acumulativo ao longo desses 500 anos.

A escravidão foi uma marca muito forte – e o Brasil foi o último País a aboli-la – e um dado econômico. Sua extinção não ocorreu por uma questão humanitária, mas, a meu ver, econômica. Na verdade, a Inglaterra já tinha produção suficiente para ser vendida em outros mercados, mas, como escravos não compravam, foi preciso libertá-los para que houvesse mais consumidores com potencial de compra. Então, esse é um dado da questão racial.

Num aparte que fez ao discurso de V. Ex^a, outro Senador abordou a propaganda positiva e a venda de cosméticos para o consumidor negro. Esse dado econômico está modificando e acelerando o processo.

Durante longo tempo, o mundo cristão procurou justificar a escravatura com a alegação de que o negro não tinha alma. Então, somos fruto, em parte, desse processo e recebemos essa formação cultural.

O Senador Reginaldo Duarte comentou comigo, enquanto ouvíamos o discurso de V. Ex^a, muito bem elaborado, que, na verdade, o cinema contribuiu para a diminuição do impacto acumulado durante todos esses anos.

V. Ex^a também lembra que o estabelecimento de cotas acelerou o processo. Pessoalmente, não gostaria de que as cotas existissem, mas as defendo porque entendo que, para diminuir essa diferença, ainda são necessárias. E elas por si também revelam que a discriminação é um fato concreto. Portanto, as cotas acabam sendo um instrumento de conscientização para essa discussão.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Eurípedes, comentei com a Senadora Heloísa Helena que me apressei em fazer esse registro, após ler o artigo da **Época**, porque, embora tendo a pele branca, tenho sangue mestiço – a minha bisavó paterna era negra – e porque, como médico e como uma pessoa que leva muito em conta o aspecto humano, entendo que devemos discutir o problema de maneira transparente. Na verdade, quando só o negro defende o problema, às vezes, os de pele clara não se envolvem e não se sensibilizam com a sua existência real. Concordo com V. Ex^a quando diz não é somente o aspecto social efetivamente que marca a questão, embora seja basicamente ele. Não sei de quem é a frase que diz que só vai preso neste País quem é preto, pobre e prostituta. Por quê? Porque esses três estão na camada social mais pobre e indigente. Muitas

vezes, eles são obrigados a delinquir por necessidade. E, em delinquindo, é mal defendido desde o momento em que é preso, desde o momento em que responde a processo. Temos realmente que inverter esse aspecto social de maneira ampla. Embora eu entenda que o carro-chefe seja a educação, e defenda, como V. Ex^a, a questão das quotas como necessárias durante um momento, para provocar o equilíbrio necessário, temos que colocar esse assunto na pauta de maneira permanente, para que possamos ter o envolvimento de todos os brasileiros e, como referi no meu pronunciamento, atingir dentro em breve aquilo que Gilberto Freyre falava: uma verdadeira democracia racial.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, incorporando-o ao meu discurso. Estamos contribuindo com este processo e não há divergência em nossos pontos de vista. Ao contrário, estamos comungando essas idéias nessa questão.

Eu gostaria de aproveitar o momento para abordar as reformas previdenciária e tributária.

O Distrito Federal, notoriamente, é composto fortemente de servidores públicos nas suas estruturas e na sua economia. Desta Unidade da Federação, quem não é servidor público tem um parente servidor público. Eu mesmo, a minha mãe que foi servidora pública.

Durante a discussão dessas matérias, temos visto por parte da população uma compreensão e uma credibilidade em relação ao Senado, pela forma transparente com que os assuntos foram tratados, permitindo a participação da sociedade. Percebo esse sentimento ao andar nas ruas, não somente no trajeto de casa para o Senado, mas no dia-a-dia, na minha convivência como morador desta cidade. Há uma compreensão da posição dos Senadores, dos políticos, ao trabalhar essa matéria com seriedade, essa imagem que está sendo passada para a opinião pública. Reforço esse dado que é concreto. Acredito que na medida em que se forem consolidando o que decidirmos, que for votado e transformado em lei, com certeza esse reconhecimento irá se ampliando. Não tenho dúvida disso. Portanto, parabênzo a população.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Nobre Senador Eurípedes, o tema que V. Ex^a aborda, todos nós participamos e apoiamos. Sabemos que essa vergonhosa desigualdade social que existe em nosso País, essa distância entre os mais pobres e os mais ricos só vai diminuir quando medidas desse tipo – como essa de combate à corrupção que o seu Partido está adotando – forem adotadas. Agora, a outra medida é investir em

educação. Temos que encontrar um meio de aumentar as verbas para a educação. A única forma que existe de a pessoa ascender na escala social é por meio da educação. Não podemos, por exemplo, incluir na classe média, por causa da inflação, os mais pobres. Não é este o caminho. Temos que fazer aumentar a classe média do País investindo na educação e combatendo a corrupção. Nós todos no País somos favoráveis a uma política positiva em relação aos negros, mas é preciso chegar-se a uma forma, porque eu também vou querer a cota dos meus índios. No meu Estado são os índios. Já temos na nossa universidade em Roraima uma cota para os indígenas, mas no resto do País não. Se sair daqui uma lei neste sentido – uma lei de cota para negros –, a ela vou atrelar também os meus indígenas. Mas, o que acredito que vai resolver mais logicamente, sem dizer se é índio ou se é negro – também sou descendente de negro, de índio, sou um brasileiro, já estou numa geração mais adiantada de brasileiros que a de vocês – é investir na educação. Precisamos começar a falar mais e mais em educação e conseguir dinheiro para nela investir. Aquela idéia do Ministro de fazer escola em tempo integral para as crianças é uma forma de criarmos novos cidadãos. Se o aluno passar o dia na escola, em vez de ficar na rua, vai estudar mais, vai receber mais orientação. Não que a família não seja responsável pela educação moral do seu filho, mas os pais e as mães têm que trabalhar hoje em dia. Congratulo-me com V. Ex^a e reafirmo minha posição favorável à sua tese, e lhe convoco para lutarmos – sei que V. Ex^a é um dos Senadores mais voltados para a educação nessa região – no sentido de conseguirmos mais dinheiro para a educação, diminuindo essa injustiça.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. É muito importante a educação no processo de formação e avanço social do País. Não tenho dúvida também sobre isso. Do ponto de vista pedagógico e metodológico, precisamos também pensar nessa educação. O Brasil, que é este continente que tem várias situações do ponto de vista geográfico, econômico e tecnológico, precisa de uma educação também identificada com a vocação das suas regiões. Não se pode dar o mesmo tratamento pedagógico ou igual conteúdo a um centro de desenvolvimento industrial que se dá a uma zona de produção agrícola ou extrativista. Para cada situação, o método e a pedagogia têm que estar apropriados, senão desassocia e não atinge o objetivo. A educação tem que ter também um endereço certo para que possa ter o resultado positivo que se espera.

Encerro as minhas palavras, agradecendo a oportunidade. Com certeza, Brasília, como de resto o Brasil,

com essa posição que estamos tomando de trabalhar de forma independente do calendário que está colocado – e com este Plenário, eu não diria cheio, mas com um número além do necessário para que possamos cumprir a nossa missão – se engrandece. A população brasileira vê com bons olhos essa disposição e essa posição que o Senado da República toma neste momento.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência cumprimenta o Senador Eurípedes Camargo pelo seu pronunciamento e pelo aparte do Senador Augusto Botelho, cujo filho, Sílvio Botelho, encontra-se presente, a quem também cumprimento.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. S. Ex^a também dispõe de 10 minutos. Em seguida, os Senadores Valdir Raupp, Pedro Simon, Efraim Morais.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que o tema é extremamente importante, nem caberia um registro rápido, mas é evidente que me sinto na obrigação de fazê-lo. Vou voltar a este tema na Casa. Antes, eu gostaria apenas que ficasse bem registrado nos Anais do Senado que estou aqui cumprindo minha obrigação, até em solidariedade também aos servidores da Casa. Não estou aqui para “ajudar” na tramitação da PEC 77, até porque nela efetivamente não acredito e respeito profundamente...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Mas também não está para atrapalhar. Não está para ajudar mas não está para atrapalhar.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Eu tenho que cumprir minha obrigação, os servidores estão na Casa. Então, sinto-me na obrigação de estar aqui. Mas o tema que me traz à tribuna é o da redução da maioridade penal. O Senador Eduardo Siqueira Campos, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador Magno Malta e vários Senadores também já tiveram oportunidade de abordar essa questão.

Sei que existem muitos corações de mães e pais, espalhados pelo Brasil, que ficam profundamente sensibilizados com este debate, especialmente aqueles que, infelizmente, vivenciaram uma tragédia particular, uma tragédia familiar, em que viram seus entes queridos serem assassinados. Eu já tive uma perda familiar muito grande, pois meu irmão mais velho foi assassinado covardemente. Sei que para essas pessoas que estejam sentindo diretamente essa dor, com certeza, fica muito difícil, de alguma forma, refletir sobre uma situação distinta.

Além de trotskista por convicção ideológica, sou cristã e sempre tive, inclusive na minha experiência de casa, Senador Eduardo Siqueira Campos, o hábito de, antes de analisar ou julgar o outro, me colocar no lugar do outro. Fazer esse exercício de se colocar no lugar do outro para, de alguma forma tentar sentir a dor que o outro sente é algo que nem sempre conseguimos, mas é um exercício que todos temos obrigação de fazer. No dia em que o pai de uma jovem assassinada esteve aqui na Casa, acompanhando o Senador Magno Malta – refiro-me àquele dramático e terrível caso que teve muita repercussão pública, embora saibamos que muitos outros casos acontecem diariamente, sem necessariamente ocuparem um espaço grande nos meios de comunicação –, tive a oportunidade de conversar com ele e dizer-lhe a minha opinião sobre esse fato, até porque é um debate que está realmente nos meios de comunicação.

Há pessoas que, por convicção, por concepção entendem que deve haver redução, mas também há outras que, até para se identificarem com o momentâneo senso comum, às vezes até por demagogia, tentam de alguma forma garantir a paternidade desses assuntos que estão nos meios de comunicação. É sempre mais difícil defender uma determinada concepção, que acaba por se chocar com o senso comum, com a vontade da maioria da população, mas acho que temos obrigação de fazê-lo. Quando temos uma concepção programática diferente daquela que é alardeada pelos meios de comunicação, por setores importantes da sociedade, como a panacéia a resolver todos os males, acho que é fundamental que expressemos nossa opinião também. Primeiro, é importante que deixemos claro que essas crianças que não estão na chamada maioridade penal, de fato, quando cometem crimes hediondos, quando cometem crimes contra a vida, ficam privadas de liberdade. Se cometem com 14 anos, 15 anos, ficam privadas de liberdade até atingirem 21 anos. Infelizmente, esses chamados centros de recuperação, de recuperação nada têm.

Veja a gravidade do problema, Senador Paim. O fato de uma sociedade não conseguir recuperar o seu jovem. em 6 ou 7 anos de reclusão, porque os chamados centros de recuperação, muitas vezes, igualmente, ensinam a ser introduzidos na marginalidade, como os presídios de forma em geral, não pode ser considerado como uma coisa qualquer. O que se passa à opinião pública é que esse jovem, muitas vezes, foi tragado pela marginalidade como último refúgio; muitas vezes não conseguiu respeitar as normas estabelecidas na vida em sociedade; muitas vezes não teve a estrutura familiar; a pobreza, a miséria, a humilhação, o desemprego, o

sofrimento, o jogou na marginalidade como último refúgio. Não dizemos isso como desculpa, porque nem todas as crianças e jovens pobres do País estão indo para a marginalidade como último refúgio. Muito pelo contrário, muitos estão efetivamente resistindo a um mundo individualista, a um mundo consumista, onde você vale pelo que ostenta. Muitas crianças acabam indo para a marginalidade para poderem ser aceitas nessas normas estabelecidas na vida em sociedade, para usar o vestuário que o faz ser aceito, possuir o bem que o faz ser aceito pela sociedade.

Este é realmente um debate de alta complexidade. Essas crianças de 13, 14, 15 ou 16 anos, mesmo aquelas que estão “protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”, se submetem à privação de liberdade nos centros de recuperação. Então, se hoje uma criança pratica um crime contra a vida, fica sem a liberdade dentro desses centros de recuperação, que são experiências terríveis. Então, prisioneiros nos cárceres, ou nas penitenciárias, ou nesses centros de recuperação, temos que refletir sobre quais os mecanismos para recuperação dessas crianças e desses adolescentes.

Hoje, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, se o jovem praticar crime contra a vida, fica privado da liberdade até completar 21 anos. Então, se cometer um delito com 14 anos, até 21 anos fica privado de liberdade nos chamados Centros de Recuperação que, infelizmente, não recuperam nada essas crianças. Então, é completamente diferente.

Algumas pessoas argumentam que se deve diminuir a maioridade penal para que esse jovem saiba o que lhe pode acontecer. Ora, imagine alguém num país como o nosso, um filho da pobreza, não saber o que lhe pode acontecer se praticar um crime. É possível muitos filhos das classes privilegiadas acharem que podem matar e roubar sem correr nenhum risco. Muitos desses filhos das classes sociais importantes matam sem risco, sem temor, sem perigo, porque acham que suas famílias terão bons advogados e que os livrarão rapidamente. O filho da pobreza, não. Quando ele vai para uma situação como essa, ele já viu os seus amigos serem assassinados, os seus amigos sumirem, ele já teve o relato dos centros de recuperação e das cadeias, do espancamento, do abuso sexual, da utilização absolutamente inimaginável dessas crianças e desses adolescentes pobres.

Então, diminuir a maioridade penal, considerando que levará a um maior temor por parte dessas crianças, efetivamente não resolve, porque o filho da riqueza mata e rouba sem temor, sem risco e sem perigo, porque sabe que terá um bom advogado para protegê-lo. Já o filho da pobreza, não, porque o Estatuto não o pro-

tege. Se ele mata ou comete um crime com menos de 18 anos – com 13, 14, 15, 16 ou 17 anos –, fica privado da liberdade nos tais centros de recuperação.

Esse é um debate de alta complexidade e é evidente que mexe com o imaginário da criança – se a criança ou o adolescente é, ainda, criança ou adolescente; se consegue ou não planejar, controlar os seus impulsos.

Imagino a dor e o sofrimento de um pai ou de uma mãe que perde a sua criança ou o seu filho querido, assinado por um adolescente. Deve ser uma dor gigantesca. Imagino se eu tivesse uma filha – não tenho nenhuma menininha – e visse a minha menina ser estuprada e assassinada! É realmente de cortar o coração de uma mãe ou de um pai.

Mas, mesmo entendendo que determinadas medidas e discussões que fazemos vão contra aqueles que apresentam a redução da maioridade como uma panacéia para resolver todos os males, sinto-me realmente na obrigação de fazer esses esclarecimentos e de entrar no debate.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência informa à Casa que o **quorum** de hoje ultrapassou o de ontem, quando tivemos em plenário 23 Srs. Senadores; hoje já estamos com 24. Isso é bom, pois mostra que o Senado está cumprindo seu papel com a história, para que as PECs nºs 67 e 77, da reforma da previdência, sejam efetivamente votadas antes do recesso.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por dez minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar sobre a relação educação/trabalho.

Lendo os jornais de hoje, pela manhã, verifiquei que a **Folha de S.Paulo** traz uma matéria muito interessante sobre o referido tema, que diz o seguinte:

O indicador que mede a parcela de aumento da remuneração de um trabalhador de acordo com seus anos de estudo só tem mostrado avanços para quem tem diploma universitário.

Em 1981, o nível superior garantia a um trabalhador retorno 74% maior em relação a outro que tivesse concluído apenas o ensino médio. Em 2001, essa mesma diferença – chamada “retorno marginal por educação” – havia saltado para 102%.

Para todas as outras faixas de educação pesquisadas pelo professor Jorge Arbache, da Universidade de Brasília, esse retorno relativo vem caindo.

Segundo Arbache, embora ambas tenham aumentado, a procura por brasileiros com mais de 15 anos de estudo cresceu mais que a demanda por trabalhadores com nível médio completo.

Preferência

Em 1992, de cada 100 brasileiros ocupados, cerca de 19 tinham entre um e três anos de estudo; outros 18 haviam estudado 11 anos ou mais. Passados dez anos, o cenário era outro. Apenas 13,2% dos que estavam trabalhando pertenciam à primeira faixa educacional e 30,7% faziam parte da segunda.

Essa é outra indicação dos ganhadores e perdedores do processo de abertura econômica do País, segundo analistas.

Casos do que tem se passado dentro das empresas confirmam o aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados. Na Volkswagen, por exemplo, 59% dos trabalhadores tinham no máximo o ensino fundamental, em 1980. Neste ano, esse percentual era de 28%.

Na contramão desse movimento de redução, no mesmo período, o percentual de trabalhadores com ensino médio completo saltou de 23% para 39% do total. Já o dos com diploma universitário passou de 18% para 33%.

Ou seja, quanto mais anos de estudo a pessoa tem, maior a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e melhor a remuneração salarial.

Se forem considerados apenas os brasileiros com 11 a 14 anos de estudo, o salto da participação no mercado de trabalho foi de 13,3% do total dos ocupados, em 1992, para 23,3%, em 2002, segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Já os brasileiros com 15 ou mais anos de estudo representavam só 5,1% do total de trabalhadores ocupados em 1992. Em 2002, esse percentual subiu para 7,4%.

A grande diferença entre as duas faixas educacionais é que, ao contrário do ocorrido com os brasileiros com diploma universitário, aqueles que concluíram o en-

sino médio não tiveram ganho real de renda no período.

A principal explicação para isso foi o salto no número total de trabalhadores com ensino médio completo. O que, em outras palavras, tem significado oferta maior dessa mão-de-obra no mercado.

Segundo dados do Censo demográfico, feito pelo IBGE, entre 1991 e 2000 cresceu 37% o total de brasileiros com mais de 25 anos que concluíram o antigo segundo grau. Para aqueles com mais de 15 anos de estudo, também houve crescimento, embora menor, de 17,2%.

Negociações futuras

Tanto esses dados gerais da economia como informações específicas de empresas (como a Volkswagen) levam especialistas a defender a necessidade de maior investimento em educação no País.

“Todo o processo de globalização, de valorização crescente do conhecimento e de abertura comercial levou a uma maior procura por gente especializada, educada. Para o Brasil, isso é uma prova de que o governo precisa, urgentemente, repensar o sistema educacional, investir na melhoria dos ensinos básico e médio, criar incentivos para que o brasileiro inicie e termine o curso universitário”, diz Ruy Quintas, professor do Ibmecc (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), no Rio.

Segundo especialistas, possíveis novos acordos comerciais, como a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), devem intensificar esses efeitos verificados no mercado de trabalho brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há muito tempo, desde quando fui Governador do Estado de Rondônia, eu defendia uma ampliação da permanência do aluno na escola no ensino médio, principalmente para que aqueles que não conseguem, ou pensam que não vão conseguir, o ingresso num curso superior tenham a possibilidade de se especializar, ficando um ano ou dois a mais na escola para fazer um curso profissionalizante. Depois, com certeza, terão muito mais condições de ingresso no mercado de trabalho.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Alberto Silva, do Piauí.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a aborda um dos problemas, talvez, mais complexos deste País, que é o desemprego, aliado à formação dos nossos jovens para se qualificarem para o mercado de trabalho. Preocupa-me ver, por exemplo, aquela fila de pessoas no Rio de Janeiro em busca do lugar de gari. Ali estão dezenas e dezenas de jovens qualificados, com muito mais do que o ensino médio concluído. Penso, então, que deve haver algo errado neste País. Dizemos que devemos investir na educação. E na geração de empregos? Há um programa, de âmbito nacional, capaz de gerar emprego para quem tem, por exemplo, curso médio completo? V. Ex^a acaba de dizer que, quando Governador, propôs-se dar, pelo menos, o ensino técnico. Lembro-me que, na época em que fui Governador pela primeira vez, o Ministro Jarbas Passarinho criou os chamados ginásios profissionalizantes. Não sei se V. Ex^a tomou conhecimento disso, mas, só no meu Estado, construí mais de vinte colégios profissionalizantes. Quando fazia o curso básico, a pessoa paralelamente, fazia curso de eletricista, encanador, torneiro mecânico, etc. Então, a pessoa, além do curso básico, que lhe permitia entrar numa universidade, tinha já um curso técnico. Mas preocupa-me o fato de não haver, segundo me parece, uma política de geração de emprego, que tem de ser criativa e inteligente. Como um País como o nosso pode criar empregos para quem tem o curso médio? E os que o completam são milhares. Não acha V. Ex^a que devemos também ter uma política de geração de emprego que aproveite aqueles que foram educados? É uma pergunta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Perfeitamente. V. Ex^a tem sempre se pronunciado nesta Casa trazendo idéias brilhantes, a exemplo daquela sobre o sistema viário nacional, daquela de formar um grupo de gestão para administrar os recursos do transporte. Mas, por outro lado, não vai haver emprego sem crescimento de nosso País. Então, esses dois aspectos têm de estar associados.

Lamentavelmente, as verbas para o ensino profissionalizante têm-se reduzido nos últimos anos. Neste ano mesmo, a aplicação nesse setor foi muito pequena, deixando a desejar. Mas só vejo solução, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se se associar a melhoria na qualidade educacional em nosso País ao desenvolvimento econômico sustentado.

A equipe econômica do Presidente Lula tem trazido alguns alentos para o crescimento de nosso País. O crescimento do PIB neste ano ficou um tanto

estagnado, mas, nos próximos anos, espera-se que aconteça, começando no ano que vem, em 2004, com um crescimento de 3,5%, chegando, em 2005, a 4%, a 4,5%, e, em 2006, a 5 ou 6 pontos. Aí poderia haver a geração de emprego em nosso País. Mas nem por isso devemos esperar chegar o crescimento para melhorar a qualidade do ensino em nosso País. É necessário que aconteçam as duas coisas, e rápido, porque o Brasil não espera mais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero este ano, a exemplo de outros tantos, praticamente perdido na área de geração de emprego. Vamos pedir a Deus, confiando na capacidade de nossos governantes, que, a partir do ano que vem, o Brasil inicie o processo de crescimento sustentado para gerar emprego e renda para a sua população carente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, pela Liderança do PPS, por até cinco minutos.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras da Senadora Heloísa Helena, que trouxe à baila assunto tão complexo como a maioria penal. Estamos buscando, por intermédio da Frente Parlamentar, discutir o assunto. Ontem mesmo, em nossa reunião, novamente abordei esse tema polêmico citando alguns argumentos importantes.

Pesquisas apontam que algumas pessoas desejam a redução da maioria penal, pensando assim resolver o problema da segurança e da violência. Como disse a Senadora Heloísa Helena, isso é normal. Todos somos solidários com aqueles que perderam seus filhos em assassinatos brutais, como esse ocorrido em São Paulo, há pouco tempo, que novamente trouxe o assunto para a discussão da sociedade.

No Congresso Nacional, tramitam várias propostas nesse sentido. Nós, que representamos a Frente Parlamentar no Senado Federal, não nos fechamos ao debate, que é de fundamental importância, mas trazemos argumentos. Como disse a Senadora Heloísa Helena, não é reduzindo a maioria penal que iremos resolver um problema tão grave da nossa Nação. Todas as pesquisas apontam para o fato de que as crianças que cometem crimes dessa natureza são exceção e assim devem ser tratadas, tendo em vista que a maior parte dos crimes é cometida por adultos.

Nesta Casa tramita um projeto de autoria do Senador Aloizio Mercadante – ao qual me referi ontem –

que aumenta a pena para aqueles adultos que utilizam crianças e adolescentes no crime.

Portanto, não podemos adotar uma medida como essa de forma precipitada e no calor da emoção – compreensível – da sociedade. Antes de tudo, é preciso aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns governantes deste País insistem em não fazer que esse Estatuto, que talvez seja uma das leis mais modernas do nosso planeta, seja aplicado. Não se pode colocar uma criança que pichou um muro ou que bateu uma carteira – como se diz no linguajar dos jovens – ou que cometeu um delito leve com outra criança ou com o adolescente que já cometeu um crime grave. Tudo isso está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim sendo, fazemos este apelo aos governantes, como temos feito praticamente todos os dias quando discutimos no Congresso Nacional com parceiros e aliados que defendem os direitos das crianças e adolescentes. Procura-se mostrar, na realidade, o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Há uma incompreensão muito grande por parte da sociedade, que acredita que o Estatuto só prevê os direitos. Há punições para aquelas crianças que cometem qualquer delito. Apenas não se aplicam as medidas socioeducativas que deveriam ser aplicadas e que são sempre adiadas. Portanto, se uma criança comete um delito leve, fica sem receber a punição que deveria receber. E defendemos isso. Como disse a Senadora Heloísa Helena, temos filhos, sabemos que são adolescentes, cheios de energia, de vontade de conhecer o mundo, de conhecer novas experiências.

Na abertura da V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Presidente Lula deixou isso muito claro, e chamou a atenção de todos nós, até pela sua experiência, de nordestino que saiu ainda tão pequeno de sua cidade para ir morar em São Paulo, num pequeno quarto. Muitas vezes, as crianças não têm sequer espaço para estudar e se divertir, para ter uma vida digna, e acabam indo para a rua, que é muito mais atraente do que a própria casa, onde, muitas vezes, o banheiro se confunde com a cozinha, onde se divide com várias pessoas o mesmo recinto, o mesmo quarto.

Portanto, essa discussão deve ser muito mais profunda. Certamente, todos queremos fazê-la, mas sem precipitação, sem achar, na verdade, que essa seria uma solução mágica para um drama vivido por toda a sociedade brasileira. Somos contra a redução da maioridade penal porque não acreditamos que isso resolva o problema da violência. A hora é de garantir o direito das nossas crianças, de dar oportunidade para

que elas estudem em escolas boas, de qualidade, e que essas escolas sejam criativas e capazes de falar a linguagem da juventude de hoje, quebrando todas as barreiras, os preconceitos existentes.

Muitas vezes a própria escola deixa de fazer o debate porque não tem o argumento ou o preparo necessário e suficiente, o que impede que milhões de jovens neste nosso País tenham oportunidades.

Portanto, eu quis apenas complementar as palavras da Senadora Heloísa Helena, que trouxe para esta Casa, mais uma vez, um debate de fundamental importância.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Patrícia Saboya Gomes, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, do PMDB do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, completou 27 anos a morte de João Goulart, o único Presidente da República brasileira que morreu fora da sua pátria. Não lhe deram o direito de voltar ao País para sepultar a mãe nem para aqui morrer.

João Goulart, ainda não tem uma biografia que lhe faça justiça. Sabemos que a História escreve a fase dos vencedores; a história dos vencidos é muito difícil aparecer, leva tempo para aparecer. João Goulart foi um homem de bem. Quando Getúlio Vargas foi apeado do Governo e se auto-exilou em Itu, fazenda do Rio Grande do Sul, João Goulart, ainda muito jovem, colocou-se à disposição dele e, praticamente, o serviu como amigo fidalgo durante todo aquele período.

João Goulart foi Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e conseguiu a antipatia dos militares porque determinou o aumento do salário mínimo, atendendo a um apelo das lideranças sindicais. O aumento do salário mínimo saiu, mas os líderes, os coronéis, exigiram a demissão de João Goulart, e ele foi demitido do Ministério do Trabalho. Mais adiante, Juscelino chegou à Presidência da República, exatamente em decorrência de um acordo com João Goulart, que ocupou a vice-Presidência. Jango foi vice-Presidente de Juscelino e, cinco anos depois, foi reeleito vice-Presidente com Jânio Quadros, em oposição a

Juscelino. Estava na China desempenhando uma missão oficial, quando Jânio renunciou. Então, os militares se constituíram numa Junta Militar, impedindo Jango de assumir a Presidência e, sequer, de voltar ao Brasil. O chamado Movimento da Legalidade, que teve um Governador do Rio Grande do Sul à frente, empolgou a Nação e foi um dos poucos movimentos de que se tem conhecimento na História deste País no qual os militares foram derrotados. Eles tiveram de se recolher e entregar a Presidência a João Goulart. É verdade que não fizeram isso tranquilamente. Antes, o Congresso Nacional estabeleceu o parlamentarismo numa votação relâmpago. Tancredo Neves, Primeiro-Ministro, estava desenvolvendo uma atividade importante e fez um belo trabalho, mas Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que iriam disputar as eleições de 1965, fizeram movimento para derrubar o parlamentarismo. Para iniciar esse movimento, como havia eleição para Deputados e Senadores, votaram uma emenda na qual estabelecia que os Ministros para serem candidatos a Deputado tinham de deixar o Ministério, como acontece hoje. Naquela época, estava em vigor o parlamentarismo, em que o Primeiro-Ministro integrava o Parlamento, mas obrigaram Tancredo Neves, que desejava candidatar-se a Deputado, a deixar o cargo de Primeiro-Ministro, e todo aquele seu Gabinete excepcional, diga-se de passagem, caiu.

Aprovado o presidencialismo, Jango assumiu e apresentou a sua plataforma, a chamada Reformas de Base. Assumiu com homens como Carvalho Pinto, Ministro da Fazenda, que não inspirava nenhum cuidado, San Thiago Dantas, um dos homens mais dignos e competentes deste País. Assumiu apresentando pela primeira vez o programa da Sudene e o primeiro Plano Trienal, com uma proposta coerente, concreta para o Nordeste. Celso Furtado foi o Ministro do Desenvolvimento, criou a Sudene e apresentou o Plano Quinquenal para equacionar os problemas do Brasil.

Infelizmente os militares, de um lado, e a Igreja Católica, do outro, fizeram um movimento popular de tal ordem e de tal grandeza que o povo saiu às ruas e os militares também. E Jango foi obrigado a renunciar para evitar uma guerra civil. Estranho destino esse dos dois amigos filhos de São Borja: os dois poderiam ter chefiado uma guerra civil, mas um preferiu a renúncia; o outro, o suicídio, para que o Brasil não fosse lançado na guerra civil. Jango renunciou, foi para o exterior e lá ficou até a morte.

Houve uma gama de protestos, de escândalos e de mentiras apresentada pela chamada revolução. Diziam que João Goulart era o maior proprietário de

terras do mundo e que, desde que ele tinha assumido a Presidência da República, comprava uma fazenda por dia. Essas eram as manchetes diárias dos jornais do Rio e de São Paulo. Não haviam desmentidos, uma vez que eram proibidos. A censura era total, e a defesa dele, impossível.

Morreu João Goulart. Os representantes da revolução, da ditadura não queriam deixar nem que seu corpo viesse ao Brasil. Nós, junto com o MDB do Rio Grande do Sul, fizemos um movimento e afirmamos que iríamos a Uruguaiana e ele viria. Aí o governo militar concordou, dizendo que podia vir, mas tinha de ser em carro a 140 km por hora e, chegando, deveria ser enterrado imediatamente no Cemitério de São Borja.

Ele veio realmente a 140 Km por hora, passou por Uruguaiana quase causando acidentes, quase atropelando o povo que estava na rua esperando, e chegou em São Borja. Embora os militares tivessem um contingente de não sei quantos mil homens, incluindo os militares dos quartéis de Alegrete, de Uruguaiana, de Santiago, enfim de toda aquela região, ocupando militarmente São Borja, o povo estava na rua. Milhares e milhares de homens, mulheres e crianças estavam na rua. O caminhão não pôde parar e foi correndo em direção ao cemitério.

Fizemos um acordo simpático com que o próprio padre concordou. A igreja estava fechada. Não tinha absolutamente nada. Quando o carro passou em frente à igreja, a população fechou-o, pegou o caixão e a igreja se abriu. Ela estava lotada. Lá estavam, inclusive, a esposa e a irmã do Dr. João Goulart – esta, esposa do Dr. Brizola –, autoridades as mais variadas, o Dr. Tancredo Neves. Lá estávamos nós para lhe prestar nossas homenagens.

Entraram com o corpo na igreja, o padre concordou e ele foi velado.

Um general procurou-me, eu era Presidente do Partido, para me dizer que a condução do corpo até o cemitério deveria ser rapidíssima, dentro do possível. O povo pegou o caixão do Dr. João Goulart e o carregou pelos quilômetros que separavam a igreja do cemitério. Chegando lá, além do povo, havia uma grande quantidade de militares. Estes não queriam permitir que se prestasse uma última homenagem ao Sr. João Goulart.

Falei eu. Tomei a palavra como Presidente do Partido e prestei homenagens a João Goulart. Quando terminei de falar, passei a palavra a Tancredo Neves, Vice-Presidente do PMDB nacional, que dizia que, como representante do Partido, como Primeiro-Ministro de João Goulart e como Ministro de Getúlio Vargas, ali estava para prestar-lhe as últimas homenagens.

Foi um movimento impressionante. De um lado, a maldade, a firmeza, a covardia dos que estavam no poder, impedindo que o povo pudesse se expressar; de outro lado, um povo, pacífica e ordenadamente, querendo se manifestar.

Na missa de 7º dia, na catedral de Porto Alegre, não nos queriam deixar realizar a celebração. Havia um “mar de gente” na frente da igreja. Vieram as tropas militares do Exército, cercaram a catedral e as pessoas correram para dentro da igreja. Ao que sei, essa foi a primeira e única vez que as tropas militares entraram na catedral e bateram nos estudantes. Mesmo assim, a missa foi realizada e o Arcebispo Dom Vicente Scherer rezou em homenagem a João Goulart.

Passados esses anos, a Câmara Federal publicou a conclusão sobre a Operação Condor. A Comissão Especial criada por aquela Casa chegou à conclusão de que existem vestígios imensos de que havia essa Operação Condor, para matar Jango, Juscelino e Carlos Lacerda – os três, casualmente, morrendo em situação estranha. Até hoje, não se explicou direito o acidente de Jango. Até hoje, não se explicaram direito as condições da morte de João Goulart, na sua fazenda na Argentina.

A grande verdade é que venho a esta tribuna como um homem que tem um profundo respeito pela memória de João Goulart. Reconheço que João Goulart não era um estadista como Juscelino ou como Getúlio Vargas. João Goulart jamais quis ser Presidente da República e isso é muito interessante de ser analisado. João Goulart era um homem político, era um chefe político, era o Presidente do PTB e tinha muito orgulho disso. Tinha orgulho de exercer, em nome de Getúlio, a coordenação política das forças populares. Aceitou ser candidato à Vice-Presidência porque, desempenhando esse cargo, avançaria com o PTB, que cresceu enormemente no período em que foi Vice-Presidente. Nunca passou pela cabeça de Jango ser Presidente da República.

Quando Juscelino terminou seu mandato, havia um movimento enorme, inclusive com apoio do próprio Juscelino, para que Jango fosse candidato a Presidente da República, juntamente com Oswaldo Aranha. Jango não aceitou e continuou na vice. Ele não foi vice, como pode parecer aqui, de Jânio Quadros. Não. Ele foi vice de Lott, que era o candidato do PTB e do PSD. O General Lott era o candidato à Presidência da República e Jango era o seu vice. Jânio Quadros tinha como vice Fernando Ferrari, de um lado, e Milton Campos de outro.

Lamentavelmente, àquela época, a eleição era feita individualmente. Votava-se em um Presidente e

em um Vice, que poderiam ser de lados diferentes, pois a cédula era individual. Ganharam Jânio Quadros e Jango. E Jango exerceu a Vice-Presidência da República, nunca, repito, pensando em ser Presidente. Chegando lá, é claro que Jango não tinha plano para ser Presidente, não tinha proposta para isso. Não pensava em ser Presidente, mas chegou à Presidência e a cumpriu com a maior dignidade, com o maior respeito e com a maior seriedade.

Em 1954, houve uma onda de escândalos contra Getúlio Vargas e o que se falava a respeito de sua fortuna, das suas roubafeiras e bandalheiras era incomensurável. Getúlio Vargas morreu e até hoje não se tem uma vírgula contra a sua dignidade. Está provado que o Dr. Getúlio era um padrão de dignidade, seriedade, austeridade e honestidade. No seu testamento, ele deixou para os seus filhos menos do que recebeu do pai, que era um fazendeiro riquíssimo da fronteira. Quando Getúlio Vargas morreu, depois de ser Presidente da República por 20 anos, os seus filhos herdaram menos do que, sozinho, ele herdou do pai. Com Jango ocorreu a mesma coisa.

Quando espalharam que Jango tinha um “mar de fazendas”, o seu primo-irmão, o Deputado Marcelino Goulart Loureiro, e eu, Presidente do Partido, fomos a Montevideu, onde estava Jango. Jango foi a um cartório de registro de documentos e registrou uma operação em causa própria ao Presidente da revista **Time-Life**, comprometendo-se a vender por US\$1 qualquer fazenda ou qualquer extensão de terra que tivesse comprado quando no exercício da Presidência da República. Fez isso porque a revista publicou, e os jornais daqui reproduziram em manchetes de capa inteira, que ele era o maior proprietário de terras do mundo e que, quando Presidente da República, havia comprado uma fazenda por dia. A publicação foi feita e eu a li da tribuna da Assembléia Legislativa.

Aliás, pretendo publicar os meus pronunciamentos da tribuna da Assembléia Legislativa. Muitas pessoas me contam que aqueles fatos que aconteceram, inclusive na época em que o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas do Brasil inteiro foram fechados. Apenas a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ficou aberta. Publicarei os pronunciamentos que fiz, como o discurso em que denunciei que havia ido até o Sr. Breno Caldas, à direção de **O Globo** e à direção de **O Estado de S.Paulo** levando a cópia do documento para que fosse publicado. Eles tinham obrigação de publicar, afinal tinham dito que o Presidente havia comprado uma fazenda por dia. Tinham obrigação de publicar até para que as pessoas

que tivessem conhecimento procurassem averiguar e denunciar o fato.

Vou publicar os pronunciamentos da Assembléia porque daquilo não saía uma palavra, em lugar nenhum. Era proibido e não se podia citar.

Acho que João Goulart, repito, não queria ser Presidente, mas cumpriu seu mandato com dignidade. Buscou, em meio àquela gente do PSD e àquela enormidade de pessoas que estavam à procura de um caminho, naquela luta surda que havia entre Juscelino Kubitschek, querendo regressar, e Lacerda, que já tinha derrubado três e queria que chegasse a vez dele, desempenhou com grande dignidade o seu papel e com muito respeito a sua missão. Por isso eu lamento quando vejo a imprensa publicar notas geralmente negativas sobre o Sr. João Goulart. Em 61, se dependesse de Brizola... Jango não aceitava o parlamentarismo, e se Jango não aceitasse o Parlamentarismo, a legalidade continuaria e seria uma guerra civil entre as tropas que defendiam a legalidade, Jango, presidente no regime presidencialista, e as tropas que queriam o parlamentarismo. Quatro anos depois, quando ele foi apeado do governo, uma das páginas mais escandalosas da política brasileira, o Sr. Auro de Moura Andrade, da tribuna do Congresso Nacional, declarava vaga a presidência da República porque o Sr. João Goulart encontra-se em lugar incerto e não sabido. João Goulart estava em Porto Alegre. Estávamos reunidos ali o Ministro Ladário, que ele tinha nomeado Ministro da Fazenda, ele e grande parte do seu ministério, exatamente ali, o Dr. Brizola e várias outras pessoas que queriam que ele, tendo as tropas gaúchas à frente, voltasse para o Brasil e resolvesse enfrentar.

Eu estava na casa do Comandante do III Exército, criança ainda, Deputado de 20 e poucos anos que tinha recém-assumido, assistindo o desenrolar daquele trabalho. Vi o Dr. Brizola com toda a sua garra exigir: vamos à luta, somos obrigados, não podemos aceitar; nomeie-me Ministro da Fazenda, e o General Ladário Ministro do Exército e nós vamos embora. Quando o Dr. João Goulart chamou o General Ladário, Comandante do III Exército, e lhe perguntou como estavam as tropas no Rio Grande do Sul, o General Ladário respondeu que ele estava firme com o Presidente, mas era obrigado a reconhecer que já não tinham a mesma fidelidade e em vários lugares havia infiltração de pessoas que não estavam com Jango. Ele decidiu viajar para Montevidéu depois que o Auro de Moura Andrade, Presidente do Congresso, declarou vaga a presidência da República porque o Presidente encontra-se em lugar incerto e não sabido. Com essa declaração, ele só tinha duas

saídas: a luta armada em direção à Brasília, ou o que ele preferiu, o exílio. Não sei o que teria sido do Brasil sem estes dois fatos passados em 54 e, dez anos depois, em 64 quando dois brasileiros, gaúchos, filhos de São Borja, da mesma cidade, um preferiu a morte e o outro preferiu o exílio a uma guerra civil.

Analisando hoje à distância, com frieza, vendo a facilidade com que em 1964 eles tomaram conta de tudo, e o tempo enorme que levamos para voltar, vejo que eles agiram com amor a seu País. Não foi medo que fez com que um homem como Getúlio Vargas, que chefiou uma revolução com coragem, ao final da sua vida comandasse uma guerra civil; mas ele achou que o melhor não era uma guerra civil. Foi um suicídio heróico, uma das nossas páginas mais bonitas porque não se tem antecedente. Olhando para a história mundial é difícil ver alguém que não luta até o fim para ficar no poder. Conheço o suicídio de Getúlio Vargas e a morte cheia de honra e garra do Allende: quando pediram que ele saísse do Palácio que seria bombardeado, ele ficou, não se arredou do lugar em que estava e os escombros caíram sobre sua cabeça.

Sr. Presidente, nosso amigo Fernando Henrique assumiu o poder dizendo que estava morta a Era Vargas e se iniciava ali a Era Fernando Henrique. Mas não sei o que podemos dizer dessa Era Fernando Henrique, que ficou oito anos... Não sei o que foi feito na área social, o que foi feito na área trabalhista, o que foi feito na área de desenvolvimento. Não sei. Foi um presidente a mais que tivemos. Mas a Era Vargas continuou, e o seu pupilo João Goulart, defensor das mesmas idéias, merece o respeito e a admiração do Brasil.

Concedo o aparte, com o maior prazer, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a passou do tempo em 16 minutos. E ouça bem o que vou dizer, Senador Simon, o Plenário está em silêncio, as galerias em silêncio, eu sem coragem de lhe fazer um aparte, o Presidente Eduardo Siqueira, em nenhum momento, fez soar a campainha; todos aqui estamos admirados pelo seu pronunciamento. Se V. Ex^a falasse mais 15, 20 minutos, o silêncio seria o mesmo. Faço este aparte muito mais para demonstrar o meu respeito à sua história, que se confunde com a própria história do povo brasileiro. V. Ex^a falou de homens de que jamais iria me esquecer, mas aqui, neste momento, num domingo, às 12h16min, digo também que a sua história é tão bonita quanto a desses homens que V. Ex^a trouxe aqui para alegria do nosso Plenário; histórias bonitas. Confesso que, ontem, à noite, eu estava em casa e assisti a um debate entre V. Ex^a e o Senador Efraim

Moraes, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e percebi, num certo momento, que V. Ex^a faz um desafio ao Senador Efraim Moraes, deixando ao País exposta a sua própria história. V. Ex^a dizia: “Se a PEC 77 não for aprovada, eu, que tenho décadas e décadas de história de construção neste País, vou à tribuna dizer que me fizeram de bobo”. O Senador Efraim Moraes, com a mesma grandeza, disse: Se ela for aprovada – porque esse era o objetivo dos dois Senadores em debate ontem –, eu irei à tribuna elogiar o Governo”. Senador Pedro Simon, quero concluir dizendo: no momento mais difícil dessa votação, V. Ex^a, sem sombra de dúvida, foi um grande conselheiro de todos nós. Vamos buscar o caminho do possível, vamos buscar um caminho que seja efetivamente a garantia para os servidores. V. Ex^a apostou muito também nesse momento, por isso faço o meu pronunciamento muito mais numa homenagem a V. Ex^a. A história de João Goulart, de Getúlio Vargas, de Juscelino e de tantos que poderíamos citar se confunde com a sua própria história. Eu me sinto feliz por estar aqui, com 53 anos, tendo a oportunidade de fazer um aparte a um político do brilhantismo e da história, que aqui ninguém precisa repetir, de V. Ex^a. Estou orgulhoso de o Senador Pedro Simon ser Senador do Rio Grande do Sul e, sem sombra de dúvida, o Senador do País. Um abraço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, há uma maneira de eu sair daqui sem descer a escada? Porque eu perdi a graça.

Agradeço do fundo do coração as suas manifestações. Não quero trocar figurinhas, mas, na verdade, V. Ex^a tem um conceito formado na história deste País; um homem simples, um homem de cor, que foi chegando devagarzinho. De certa forma, as pessoas não lhe davam muito crédito; consideravam-no um apaixonado que defendia as bandeiras dos trabalhadores, que eram bandeiras eleitorais. Com o tempo, V. Ex^a transformou-se em porta-voz, no Congresso Nacional, das causas sociais, exatamente pela luta, pela garra e pela coragem de defendê-las acima de tudo e de todos. E passou a ser a referência nº 1 do social no Congresso Nacional.

Senador Paulo Paim, quando V. Ex^a se candidatou ao Senado, algumas pessoas me disseram o seguinte: “Não vai ganhar. É uma bela pessoa, formidável, mas só fala sobre salário mínimo e trabalhador. Como conseguirá ganhar?” Na verdade, o norte do pronunciamento de V. Ex^a na campanha foi o salário mínimo e o trabalhador, mas as pessoas se enganaram. A maneira como abordou a questão, como o nosso problema, emocionou toda a sociedade. Nem o

seu Partido imaginava que V. Ex^a iria ganhar. Na verdade, sua campanha solitária teve uma vitória de mérito extraordinário. V. Ex^a escreveu uma página para todos nós aqui no Congresso Nacional. O que estava acontecendo era o normal: quem é a favor é a favor; quem é contra é contra.

Quem é contra estava vivendo um grande momento. O PSDB e o PFL viveram um grande momento. Cá entre nós, a situação do PT, de passar oito anos batendo no PSDB, contra tudo o que está aí e, depois, assumir o Governo e apresentar a mesma coisa é uma situação... O PSDB e o PFL foram até elegantes, usaram muito pouco o que poderiam usar. O PT ficou naquela posição. Com todo o respeito que tenho ao PT, o Partido não tinha o direito de não dar às Lideranças e a pessoas como V. Ex^a uma saída para a questão.

É evidente que sabemos que um partido de governo é diferente de um partido de oposição. No Rio Grande do Sul, dizia-se que não há nada mais igual a um chimango do que um maragato no poder. Quer dizer, uma pessoa de um partido faz exatamente o mesmo que seu adversário político quando assume o poder. A rigor, foi o que aconteceu.

Nesse momento, quando houve a vitória espetacular, a avalanche do Governo, entra V. Ex^a. Desde o início, as manchetes estampavam que V. Ex^a estava a caminho da expulsão. Lembro-me que um Líder importante disse que V. Ex^a já deveria ter saído, que estava demorando para sair. V. Ex^a, com sua elegância, disse: “Em primeiro lugar, quero deixar claro que o PT não vai passar pelo desconforto de pedir minha expulsão, porque, se eu achar que essa é a vontade do PT, saio antes. Terei a tranquilidade de sair antes, e o PT não terá esse desconforto”.

Mas V. Ex^a continuou, pois estava no caminho certo. E muitas pessoas, como eu, ficaram do seu lado. V. Ex^a passou a ser uma referência. Deve ficar aqui registrado que, de um lado, estava a Oposição; do outro, o Governo; e do outro, o Sr. Paim, que poderia ter derrotado aquela emenda. O Governo fez até um gesto de grandeza, mas não foi algo gratuito, pois poderia perder sua emenda. Em determinado momento, o Senador Paim tinha uma representação que poderia derrotar a emenda do Governo. Então, o Governo, tática e estrategicamente, com inteligência, recuou. E o que fez o Senador Paulo Paim? Dialogou.

Hoje, estamos aqui, neste domingo – são 12h24min –, e os nossos amigos que estão nos assistindo pela TV Senado devem estar almoçando. Desejo-lhes uma boa refeição. Não posso dizer, como diz o Lula, que todos estão comendo. Alguns não estão comendo, porque o Fome Zero ainda não chegou lá, mas

podemos dizer que o trabalho que estamos fazendo aqui, com muita alegria, vai levar a algo positivo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que seria algo positivo? A perspectiva de, não podendo conseguir cem, conseguir trinta. Quer dizer, vai conseguir um trabalho importante, e esse é o mérito de V. Ex^a. Estamos aqui passando por cima. O Governo não aceitaria qualquer reparo à emenda principal – é isso que os Parlamentares não entendem –, porque não admite que o Senado tenha a coragem de emendá-la e fazê-la voltar para a Câmara. No entanto, tiveram de aceitar a emenda paralela, que, no futuro, poderá ser uma fórmula útil. E poderemos usá-la novamente, da mesma maneira como o fazemos agora. Quem sabe não estamos abrindo agora um precedente? Daqui a um ou dois meses, o Governo poderá apresentar nova matéria para ser votada imediatamente. E se nós não quisermos, será necessário firmar um compromisso no qual precisamos acreditar: vamos apresentar essa aqui, que também terá de ser aprovada.

Esse é o mérito de V. Ex^a. Tenho muita honra de tê-lo como Colega. Dificilmente o Rio Grande do Sul poderia ser tão bem representado como com V. Ex^a, meu querido amigo, e o Senador Sérgio Zambiasi, cada um ao seu estilo.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, a partir de agora, vou tentar compor aqui no Senado uma brigada em defesa das sessões aos sábados e domingos. Como V. Ex^a acabou de dizer, são 12h25min. V. Ex^a já ultrapassou 26 minutos do seu tempo, e ninguém reclama, porque estão todos encantados com a aula que V. Ex^a deu, de passado, de presente e com as perspectivas de futuro apontadas. O pronunciamento de V. Ex^a está sendo tão ouvido, não só pelos que estão aqui, mas pelo Brasil afora, que o motivo do meu aparte são exatamente dois telefonemas que recebi aqui. Trata-se de admiradores de V. Ex^a e pessoas curiosas em relação a um ponto do seu pronunciamento. Ao receber o primeiro telefonema, minha intenção era encaminhar-lhe a pergunta na nossa conversa *tête-à-tête* e transmitir para o curioso o fato histórico citado por V. Ex^a. No entanto, quando recebi o segundo telefonema, resolvi apartear-lo, pedindo que esclareça essa dúvida à Nação. Quando V. Ex^a citou o fechamento do Congresso e das assembleias legislativas, disse que a única assembleia que ficou funcionando foi a do Rio Grande do Sul. E a curiosidade dos que me telefonaram é exatamente saber por quê? E pedem que

V. Ex^a esclareça, para os que não foram contemporâneos dessa história, por que somente a Assembleia do Rio Grande do Sul permaneceu aberta, enquanto as outras foram fechadas. Muito obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Veja aqui, Senador, como funcionava na época: era Presidente da República o nosso gaúcho que fechou o Congresso Nacional, nosso segundo Presidente, Costa e Silva. Fechou o Congresso e decidiu fechar as assembleias. O Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, Valdir Lopes, era primo de Costa e Silva. Quando saiu a notícia de que iria fechar as assembleias, o Sr. Valdir Lopes fez um dossiê e pediu uma audiência com Costa e Silva, que o recebeu, na ante-sala, onde iria reunir-se com o Conselho de Segurança para fazer as cassações. Ficou tão impressionado que chamou alguns militares e ministros seus. Naquela época, falava-se dos escândalos do Poder Legislativo, mais isso, mais aquilo e mais o que acontecia no Rio. O Deputado Valdir Lopes mostrou, então, como funcionava a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Modéstia à parte, ainda hoje, mas principalmente naquela época, era de uma austeridade impressionante. A Mesa era composta só pelo presidente da Assembleia, e o salário era só aquele. Era uma austeridade, que ele ficou impressionado, ficou orgulhoso de ser gaúcho e ver aquilo, quando toda a imprensa só falava mal de político. A minha Assembleia não fechou. Todas as Assembleias, menos a do Rio Grande do Sul, acabaram fechadas. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ficou sendo, durante um longo período, a única casa legislativa aberta no Brasil. Foi lá que surgiu o nosso IEPS; foi lá que fizemos as nossas reuniões do MDB, com Dr. Ulysses, Teotônio, Tancredo. Tudo – Constituinte, anistia – começou na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, porque era a única que estava aberta. Não sei se expliquei, mas foi esse o motivo.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, que é um jovem e deve entender exatamente o tempo que passamos, por ter vivido esses acontecimentos. Eu era um guri mais moço até que V. Ex^a quando fiz o pronunciamento em São Borja, ao lado do túmulo de Jango. E, quando terminei, um coronel que estava atrás de mim cochichou-me ao ouvido: o senhor vai se arrepender muito deste discurso. Até agora, não tive motivo, graças a Deus!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Pedro Simon, quero dizer a V. Ex^a que não fiz soar a campainha de advertência do

tempo para que V. Ex^a pudesse fazer soar a campanha da história, da advertência da memória dos brasileiros, homenageando a memória de João Goulart, Getúlio Vargas, dentre outros gaúchos importantes, vultos da história brasileira, assim como V. Ex^a e o Senador Paulo Paim.

Aduziria ao pronunciamento de V. Ex^a, apenas como lembrança, a posição histórica do Governador de Goiás, Mauro Borges, que não na assembléia, mas no Palácio das Esmeraldas, em Goiás, resistiu também ao movimento de 1964 com muita coragem. Penso que esse registro é também importante e V. Ex^a sinaliza não só que concorda, mas também depõe nesse sentido. Tenho certeza de que não descumprir o Regimento ao não fazer a advertência, porque o Regimento nada mais é do que a expressão da vontade das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, e a vontade desta Casa era ouvir, Senador Pedro Simon, na íntegra, o seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Efraim Morais, Líder da Minoria nesta Casa.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, acabamos de receber uma aula. Ontem, Senador Paulo Paim, fez questão de registrar que cada pronunciamento do Senador Pedro Simon era uma aula que esta Casa e o Brasil recebiam. No meu pronunciamento de ontem, eu dizia que, quando Deputado Federal, eu, assim como os Senadores Paulo Paim e Heráclito Fortes, tínhamos realmente aquele desejo enorme de chegar a esta outra Casa – e, graças a uma decisão do povo paraibano, aqui me encontro. Eu sentia vontade de ouvir mais de perto e de aprender cada vez mais com o cidadão, com o gaúcho, com este grande homem público que o Brasil inteiro respeita, o Senador Pedro Simon, e dizer que as afinidades do Rio Grande com a Paraíba vêm de longe, vêm de 30. Orgulho-me de estar nesta Casa ao lado deste extraordinário companheiro. Fica difícil, evidente, qualquer outro pronunciamento nesta Casa depois dessa aula extraordinária que acabamos de receber.

Sr. Presidente, inicialmente, vou me deter no assunto da nossa sessão de ontem e de hoje, relativamente à questão da previdência, porque, além da aula histórica sobre o passado, o presente e o futuro que trouxe o Senador Pedro Simon, trabalhamos exatamente a questão da previdência e vou repetir hoje.

Ouvi o Senador Paulo Paim dizer, quando estava presidindo esta sessão, que o Senado Federal

está cumprindo a sua parte, a sua missão, com o apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores. Se aqui ontem estivemos, hoje, domingo, com **quorum** maior, estamos fazendo a nossa parte de representantes do povo brasileiro. Na condição de homem de oposição, não tinha lá essa obrigação toda de estar aqui discutindo essa matéria, já que o **quorum** era quase que uma obrigação da base do Governo. Mas, na condição de Líder da Oposição, aqui estou exatamente para dizer ao Brasil que vou cumprir a minha parte, o meu compromisso.

Ontem, recebi um desafio deste extraordinário Senador Pedro Simon, que aceitei de imediato, e disse que sentia que o próprio Senador Pedro Simon preferia que eu viesse para a tribuna e não S. Ex^a, porque se S. Ex^a vier para a tribuna, vem dizer que o Governo cometeu uma farsa, que o Governo não cumpriu a sua palavra com o Senado e com a sociedade brasileira. Se eu vier para a tribuna, venho elogiar o Governo, mesmo sendo Líder da Oposição, para dizer que ele cumpriu o seu compromisso.

Pois bem, quero dizer que não acredito que o Governo do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva vá cumprir com a PEC nº 77. Nós vamos votar, e vamos votar por unanimidade, porque é a forma que encontramos de melhorar um pouco este absurdo que é a PEC nº 67, da reforma da previdência.

Ora, analisando as PECs nºs 67 e 77, considero a PEC nº 67 como uma medida provisória, que entra imediatamente em vigor com a sua publicação. Como a Câmara dos Deputados aprovou, veio para esta Casa – vou usar um termo dos Senadores Pedro Simon e do Senador Paulo Paim –, onde, desde o primeiro dia, nós protestamos: aqui não é cartório para se carimbar nada, senão vamos ter que acabar com o Senado mesmo. Se for só para carimbar o que fez a Câmara dos Deputados, não tem sentido a existência desta Casa do Congresso Nacional.

Então, vejam bem: considero uma medida provisória porque essa PEC nº 67 entra em vigor ainda este ano. Depois da promulgação, que será feita por esta Casa, pelo Presidente José Sarney, o Governo vai fazer uma festa, uma grande festa, e quem vai pagar é o funcionário público brasileiro, é o trabalhador brasileiro.

Vamos, então, para a PEC nº 77. O Senado vai votar? Vai. A Câmara vai votar? Não acredito. Só há uma forma de votar, Senadores Paulo Paim e Pedro Simon: se a sociedade brasileira se mobilizar, se o funcionalismo público entender que a sua agonia não chegou ao fim. Só assim a Câmara dos Deputados votará a matéria.

Vamos cobrar do Governo. Na hora em que o Governo quer votar, não interessa: vota na Câmara,

vota no Senado. É um rolo compressor. O Governo tem usado o mesmo sistema que condenou a vida toda, e aprova o que quer, pois tem maioria para isso.

Antes de conceder um aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, quero registrar aqui uma matéria da jornalista Fernanda Nardelli e do jornalista Roberto Fonseca, da equipe do **Correio Braziliense**: “Servidores acompanham mudanças nas regras de aposentados e já estão de olho na PEC paralela”. Essa é a boa notícia.

“Uma agonia longe do fim” é a interessante matéria do jornal **Correio Braziliense**, que peço seja transcrita nos Anais. A matéria diz:

A tramitação da PEC paralela pode mudar o desenho da reforma da Previdência. Se for aprovada, a emenda trará regras de transição para quem já está no serviço público, além de oferecer isenção da contribuição previdenciária para algumas classes de inativos.

A seguir, as principais modificações: regra de transição, teto salarial, subteto salarial nos Estados, deficientes e incapacitados e paridade.

Queremos lembrar aos atuais que ainda há a questão dos futuros servidores, o problema dos inativos, dos trabalhadores do setor privado, dos servidores da ativa. Enfim, ainda há muito o que tratar.

Antes de conceder um aparte, faço a seguinte observação: se o Governo quiser aprovar a PEC paralela logo no começo do ano, pode até convocar o Congresso Nacional, se for o caso, porque nós vamos fazer a nossa parte, Senador Heráclito Fortes. Qual é a diferença que há em se fazer isso agora ou em janeiro? Eu entendo que esta emenda irá para o limbo, para a gaveta da Câmara dos Deputados, será esquecida, e o funcionalismo público não terá a reforma.

Ontem, ouvi o Senador Pedro Simon, com a sua inteligência, dizer: “É porque o Governo não quer mudar. É porque o Governo não quer que façamos isso”. S. Ex^a tem razão. Entretanto, se for só isso, já estou começando a preparar o meu discurso.

Ouçô V. Ex^a com muita alegria, nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Nobre Senador Efraim Morais, faço este aparte porque V. Ex^a tem sido muito coerente ao votar no Senado Federal como votava na Câmara dos Deputados. V. Ex^a tem toda a autoridade para cobrar, e ajuda quando o faz. Eu fortalecia, no meu aparte ao nobre Senador Pedro Simon, certa aposta que V. Ex^{as} fizeram ontem, porque eu sei que o espírito de ambos é ajudar. V. Ex^{as} querem que

efetivamente a PEC paralela seja aprovada. Eu acredito que ela será aprovada, nobre Senador, mas é muito bom que V. Ex^a defenda sempre o direito à dúvida, porque, no meu entendimento, o Governo está desmoralizado perante o Congresso e a sociedade. Estaríamos brincando com a vida de seis milhões de pessoas que estão esperando a reforma da Previdência. Eu não acredito que a relação entre o Congresso e o Executivo caia nesse patamar de desmoralização – porque é o que acontecerá se nós não construirmos essa votação no Senado e na Câmara. V. Ex^a, o Senador José Agripino, Líder do PFL, e o Senador Arthur Virgílio foram parceiros na construção desse entendimento. Como V. Ex^a disse, a Oposição não precisava estar presente, mas quer fortalecer a idéia de que a PEC nº 77 é para ser aprovada. Ninguém precisaria vir aqui no domingo, ao meio dia, para discutir e cobrar. O discurso de V. Ex^a é de cobrança, coerente com o que sempre dizia na Câmara dos Deputados: “Nós respeitamos a Oposição – e o discurso é seu, não é meu –, mas nós queremos uma Oposição responsável”. Aquilo que for bom para o País – e a PEC paralela melhora a proposta original – temos que votar juntos, e é o que V. Ex^a está fazendo. Cumprimento-o por sua coerência. Sou da base do Governo e estou convencido de que não nos vamos desmoralizar não aprovando a PEC, até porque o acordo da PEC nº 77 – é bom lembrar – foi também feito com os Governadores. Houve pedido dos Governadores para que encontrássemos uma saída para a questão do subteto. E essa PEC trata do subteto, da paridade, da transição, e atenua a situação dos inativos. Assim, cumprimento V. Ex^a pela coerência e firmeza. A firmeza da Oposição vai contribuir muito para que a PEC nº 77 seja aprovada no Senado e na Câmara.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Paulo Paim, eu espero e torço para que o Governo não seja desmoralizado nessa questão. Por que torço para que ele não seja desmoralizado? Porque se não for, será bom para o trabalhador brasileiro, significa que fizemos a nossa parte. Então tenho que fazer o discurso, e vou fazê-lo. V. Ex^a tem razão ao dizer que o PFL, o PSDB, o PDT e outros Parlamentares fazem hoje uma Oposição responsável, à procura de resultados. E estarmos aqui é uma prova de que queremos resultados. Queremos melhorar algo com que V. Ex^a não concorda, assim como o Senador Pedro Simon e vários Senadores do PFL e do PSDB. Este é o caminho: responsabilidade e procura de resultados. Essa é a forma como deve agir qualquer Partido que esteja na Oposição, em qualquer momento, em qualquer época.

Sr. Presidente, quando digo que há uma preocupação refiro-me a algumas manchetes, como esta

do jornal **O Estado de S. Paulo**, que diz: “Rombo no INSS exigirá nova reforma logo”. Esta é a preocupação que começamos a ter, uma nova reforma. Dos funcionários o Governo não tem mais o que tirar. Teremos de encontrar outro caminho, porque já se está tirando tudo agora dos que têm. E aí vem a minha preocupação com o que vai acontecer com essa PEC.

Sr. Presidente, há outro assunto que quero registrar rapidamente. Faço questão de pedir também que seja transcrito nos Anais da Casa o artigo da colunista Tereza Cruvinel no Panorama Político, “Lula e a classe média”, que diz o seguinte:

É na classe média que a popularidade do presidente Lula vem minguando, embora continue excepcionalmente alta nesta altura do mandato. As pesquisas de outubro já indicavam isso. As novas devem refletir os maus-tratos recentes, como a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda sem correção da tabela de deduções.

Isso é um massacre contra a classe média brasileira. Será que o PT acha que não precisa mais da classe média? É essa a pergunta que a própria jornalista faz, assim como eu. Muita gente enganou-se com a proposta do Governo Lula, não só o Deputado Fernando Gabeira.

Faço esse registro porque uma das chamadas de capa do jornal **O Globo** diz: que classe média é essa? O Governo diz que quem tem uma renda familiar de R\$2,3 mil é rico, por isso está sendo atingido por uma alíquota de 27,5%.

As coisas não vão bem. O Governo tem que mudar o rumo da política econômica, viajar menos, preocupar-se menos com os problemas lá de fora e cuidar do País, da classe média, do pobre, do desempregado, investir mais no País em vez de investir na Bolívia, na África do Sul, na Venezuela, nos países circunvizinhos, levando o dinheiro do trabalhador brasileiro, usando o chapéu alheio, porque o dinheiro do BNDES é do trabalhador brasileiro e é levado para o exterior, gerando emprego lá e o desemprego aqui. Não podemos concordar com essa política.

Finalmente, insisto no compromisso com a Nação e com o PT em relação ao caso do Prefeito Celso Daniel, que voltou às manchetes de jornais. Estampa o jornal **Folha de S.Paulo**: “Família de Celso Daniel pede fim de sigilo de justiça”, para que a opinião pública saiba o que aconteceu. “Para o irmão do prefeito assassinado, o PT e a Polícia dificultam a apuração da verdade.”

E aqui está o que diz o Sr. Bruno José Daniel Filho, irmão do Sr. Celso Daniel: “O Partido nunca deu contribuição para elucidação do caso e insiste em uma história falsa.”

Está nos jornais que a defesa questiona método de investigação, dizendo que o menor foi contratado para dizer que matou. E o menor foi ouvido 13 vezes. É evidente que esse garoto, na época, foi induzido a determinadas coisas. Além do mais, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que a principal testemunha foi assassinada.

Assim, faço um apelo à Justiça, à Polícia brasileira e ao PT, para que, realmente, tentemos elucidar esse caso.

Para concluir, Sr. Presidente – pedindo desculpas a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que teve um bom domingo, que deu, há pouco, uma aula aqui para todo o Brasil e agradecemos –, desejo citar a entrevista dada pelo Presidente do PT, José Genoíno, cujo título, no **Jornal do Brasil**, é: “Foram onze meses de punhaladas.” Reclama que está trabalhando demais, que não tem tempo para a família etc. Disse que foram onze punhaladas, e acho que se referiu aos onze meses de Governo. Prefiro citar estas onze pauladas: primeira, nos aposentados; segunda, nas viúvas; terceira, na classe média; quarta, nas universidades; quinta, nos velhinhos acima de 90 anos, que tiveram que provar que estão vivos, indo para fila; sexta, nos deficientes, para os quais foram negados R\$8 bilhões; sétima, na paridade do funcionalismo público, que é outra punhalada; oitava, na transição, que é outra punhalada; nona, na integralidade; décima, nos futuros servidores públicos; e a décima primeira paulada foi nos atuais servidores públicos, que estão aí sofrendo, com uma agonia que não tem fim com o Governo do PT.

Portanto, Sr. Presidente, os meus agradecimentos a V. Ex^a pela tolerância e a certeza de que vamos continuar trabalhando e defendendo os interesses do trabalhador e do funcionário público, porque a minha grande preocupação, Senador Heráclito Fortes, Presidente dos trabalhos neste momento, é que, neste instante, quem está sendo prejudicado é o trabalhador, é o funcionário público, seja ele federal, estadual ou municipal. Amanhã, será a vez da reforma da CLT, então será a vez de todos os trabalhadores deste País.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

*(inseridos nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

PREVIDÊNCIA

Servidores acompanham mudanças nas regras de aposentadoria e já estão de olho na proposta paralela

Uma agonia longe do fim

JORNADA NARDELLI E

ROBERTO FONSECA

DA EQUIPE DO CORREIO

A última votação da reforma da Previdência, marcada para esta semana no Senado Federal, não significa o fim da agonia dos servidores públicos. Principal alvo das mudanças no sistema previdenciário, o funcionalismo está há um ano acompanhando as propostas e fazendo cálculos para entender como ficarão as aposentadorias. A proposta enviada pelo governo ao Congresso Nacional e já discutida pelos deputados e senadores modifica as regras tanto para os futuros servidores quanto para quem já está na ativa. Os aposentados e pensionistas também não escaparam. Mas o que deixa os servidores mais inquietos é o destino de quem está perto de se aposentar e assiste a mais uma mudança de regras no meio do jogo.

Gente como a agente administrativa do Ministério da Assistência Social Conceição dos Santos, 47 anos. Moradora de um condomínio na região do Colorado, ela foi atingida pela reforma previdenciária do governo Fernando Henrique Cardoso. Até 1998, ela poderia se aposentar proporcionalmente com 25

anos de serviço. Agora, Conceição é obrigada a refazer os planos por conta de novas mudanças. Vai poder se aposentar proporcionalmente, mas terá que continuar a pagar o pedágio de dois anos e sete meses (exigidos no seu caso, na reforma de FHC), e o benefício não será mais o mesmo. Haverá um desconto por ano antecipado. Se ela parar de trabalhar até o final de 2005, a aposentadoria terá uma redução de 3,5% por ano antecipado em relação à idade mínima, que é de 55 anos para mulheres.

"Pelo jeito, não vou me apo-

sentar nunca. Daqui a pouco vem outra reforma e muda tudo de novo", lamenta a servidora, que está no setor público desde 1977. E Conceição tem razão em temer por outras mudanças. A proposta do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem foi promulgada e uma nova reforma já está tramitando no Senado Federal. É a chamada PEC paralela. Graças a um acordo entre governo e oposição, os pontos polêmicos que não foram tratados até agora estão reunidos em uma outra emenda constitucional (*veja ao lado*).

A NOVA EMENDA

A tramitação da PEC paralela pode mudar o desenho da reforma da Previdência. Se for aprovada, a emenda trará regras de transição para quem já está no serviço público, além de oferecer isenção da contribuição previdenciária para algumas classes de inativos. A seguir, as principais modificações da emenda que já está pronta para ser votada em primeiro turno no plenário do Senado Federal.

Regras de transição

Os atuais servidores que tiverem 35 anos/30 anos de contribuição (homens/mulheres), 25 de serviço público, 15 de carreira e cinco no cargo poderão se aposentar com salário integral antes de atingir a idade mínima de 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). A redução da idade será feita de acordo com o tempo de contribuição. Cada ano de contribuição que exceder o mínimo exigido de 35/30 anos reduzirá um ano na idade mínima exigida. Exemplo: uma mulher que tenha contribuído 33 anos vai poder se aposentar com 52 anos, em vez dos 55 anos previstos.

Teto salarial

O teto salarial continua sendo o equivalente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (cerca de R\$ 17 mil). No entanto, algumas vantagens estão fora desse limite. Foi a forma encontrada pelos

parlamentares de garantir que verbas como de gabinete, passagens aéreas, correio e telefone, ficassem fora do teto.

Subteto salarial nos estados

De acordo com a reforma que deve ser aprovada esta semana, há três subtetos salariais nos estados (um para cada poder). A PEC paralela cria um dispositivo que permite a cada governador propor o subteto salarial que achar mais adequado para seu estado.

Deficientes e incapacitados

No caso de portadores de deficiência ou doença incapacitante, a contribuição previdenciária de 11% incidirá apenas sobre a parcela das aposentadorias e pensões que exceder R\$ 4.800. Na reforma original, não há distinção para esses casos.

Paridade

Os servidores que conquistarem o direito à aposentadoria integral (ou seja, os que tiverem 60/55 anos de idade, 35/30 anos de contribuição, 20 anos de serviço público, dez anos na carreira e cinco no cargo) também terão a garantia de reajuste dos benefícios equivalente ao concedido aos servidores da ativa. No texto original, mesmo que os servidores cumpram todos esses requisitos, a paridade não é plena. Só incidirá sobre parcelas fixas do salário, definidas em lei posterior.

NÃO ESQUEÇA!

A reforma da Previdência não afeta apenas os atuais servidores públicos. Confira o que muda na sua vida:

Futuros servidores

Para quem entrar no serviço público depois de promulgada a reforma, haverá um teto previdenciário, equivalente a R\$ 2.400. Para garantir um benefício maior, é necessário pagar previdência complementar.

Inativos

Todos aqueles que ganham mais de R\$ 1.440 (no caso de servidores da União) e R\$ 1.200 (para funcionários dos estados e municípios) terão de pagar 11% sobre o exceder esse valor.

Trabalhadores do setor privado

O teto do INSS passa de R\$ 1.869 para R\$ 2.400. Com isso, aumenta a contribuição previdenciária descontada na folha de pagamento. Quem contribuir sobre o teto passa a pagar R\$ 264

Servidores da ativa

A reforma também estabelece um teto salarial para todos os trabalhadores pagos com dinheiro público. Na União, ninguém pode receber mais do que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — cerca de R\$ 17 mil.

FINANÇAS PÚBLICAS

Rombo no INSS exigirá nova reforma logo

Ganho com mudanças na Previdência será consumido por déficit, que ultrapassa R\$ 30 bi

VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA – A reforma da Previdência que está sendo concluída pelo governo Lula não terá impacto fiscal no sentido de abrir espaço no Orçamento da União para outras despesas urgentes, como mais dinheiro para a área social. O ganho de curto prazo, cerca de R\$ 1 bilhão da contribuição dos inativos do setor público no ano e mais R\$ 1,7 bilhão da contribuição dos trabalhadores da iniciativa privada em cima de um teto maior (R\$ 2,4 mil) será integralmente consumido, em 2004, pelo aumento do déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Pela primeira vez na história, no próximo ano o déficit do INSS superará com folga o do setor público. Está defasada a previsão do governo de R\$ 31,5 bilhões de déficit para o setor, admitiu o Ministério da Previdência Social. A conta será refeita em janeiro.

O déficit estimado para a previdência pública federal é de R\$ 29,7 bilhões; o do INSS, segundo especialistas, deverá ficar em torno de R\$ 36 bilhões. Isso reforça a idéia de que será preciso fazer uma nova reforma para conter o crescimento vertiginoso do déficit do INSS.

“O tempo político para a re-

forma é 2007, mas o tempo econômico pode não querer esperar”, afirmou o ex-secretário de Previdência Social Marcelo Viana Estevão de Moraes. Mesmo não querendo, o governo Lula

pode se ver forçado a reformar o INSS: “Só se a economia crescer 3,5% ao ano e não tivermos aumento real do salário mínimo é que estabilizaremos o déficit do INSS em relação ao Produto Interno Bruto e ainda num patamar

elevado, entre 1,8% e 2%.”

O ex-ministro da Previdência Social José Cechin considera a reforma “urgente”. Ele considera o fato de o governo até agora concentrar a refor-

ma apenas no setor público como uma estratégia para eliminar resistências. E alega que o desequilíbrio do INSS é estrutural. Prova disso é que mesmo retirando os benefícios altamente subsidiados, como os rurais, os benefícios urbanos estão se tornando cada vez mais deficitários.

Histórico – Superavitárias durante décadas, as contas do INSS entraram no vermelho pela primeira vez em 1995, com R\$ 465,4 milhões negativos. De lá para cá o rombo só cresceu. Em 2002, o déficit já era de R\$ 18,3 bilhões, em valores atualizados. Este ano o bu-

raco deverá ficar em R\$ 10 bilhões, com o Tesouro cobrindo uma conta de R\$ 27,2 bilhões. Só em 2003, o déficit deverá ser maior do que o verificado em seis

anos do governo Fernando Henrique.

Para corrigir essa situação, Cechin disse que o governo tem várias alternativas, como mexer na fórmula do fator previdenciário, a nova fórmula de

cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição, vigente há quatro anos. “Quando adotamos o fator já sabíamos que a fórmula continha imperfeições que deveriam ser corrigidas ao longo do tempo.” O ex-ministro explicou que o fator previdenciário é generoso porque joga para o cálculo do valor da aposentadoria toda a contribuição feita. “É como se deixássemos sem financiamento todos os benefícios de risco, que são as doenças, a invalidez e a morte em serviço, cobertos pela Previdência.”

Mesmo se o governo optar por tornar mais duro o fator, Cechin alerta que a medida sozinha não será suficiente para estancar o déficit. Apenas 5% dos benefícios concedidos serão atingidos. A fórmula não se aplica à aposentadoria por idade (60 anos para o homem e 55 para a mulher que não consegue comprovar todos os 35 ou 30 anos de contribuição), por invalidez, ao auxílio-doença e outros benefícios.

A saída, segundo ele, deverá ser buscada em outros ajustes importantes, como na elevação da idade para a aposentadoria no setor rural – o benefício é concedido cinco anos antes em relação ao trabalhador urbano.

Já Marcelo Moraes acredita que se for para mexer na idade, o resultado só será satisfatório se o mínimo para a aposentadoria passar a ser 65 anos para o homem e 60 anos para a mulher.

PANORAMA POLÍTICO

Lula e a classe média

• É na classe média que a popularidade do presidente Lula vem minguando, embora continue excepcionalmente alta nesta altura do mandato. As pesquisas de outubro já indicavam isso. As novas devem refletir os maus-tratos recentes, como a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda sem correção da tabela de deduções.

Na última sondagem do Datafolha, feita entre 28 e 29 de outubro, a mais significativa variação na aprovação a Lula ocorreu entre os brasileiros com renda entre dez e 20 salários-mínimos e escolaridade média, segmento em que o índice caiu de 44% para 37%. A queda foi também acentuada, de 42% para 36%, entre os que têm 45 e 59 anos de idade (antes ainda das maldades previdenciárias contra os idosos) e entre os nordestinos (de 48% para 44%).

Parece que o PT se esquece, e muito rapidamente, das três derrotas sofridas por Lula e dos altos índices de rejeição que o perseguiram. A vitória tem muitas explicações, mas uma delas foi a guinada de uma classe média desiludida com Fernando Henrique e o PSDB, que pôs de lado os receios e a rejeição a Lula para experimentar o PT.

A classe média, já chamada por Hélio Jaguaribe de "o pêndulo do sistema", nos últimos anos teve que levar os filhos para a escola privada, comprar planos de saúde e compartilhar serviços particulares de segurança com vizinhos de rua ou condomínio. Encantou-se com o Real e o dólar a R\$ 1,20; foi ao exterior ou lambuzou-se de importados aqui mesmo. Mas tudo terminou em desemprego, mesmo para os filhos

que concluíram a universidade, e mais impostos a pagar. Como a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, que o governo passado impôs no bojo do pacote 51, de 1998. O PT, que antes estrilava, acaba de aprovar sua prorrogação na Câmara e, em breve, no Senado. Também, como antes, negou-se a corrigir a tabela de deduções e ainda se cogita de acabar com elas. Desabam também sobre a classe média, para a qual não tem Fome Zero ou Bolsa Família, os aspectos mais amargos da reforma previdenciária, os reajustes de tarifas, os juros altos do crediário e em breve novo aumento dos planos de saúde, decorrência do ajuste ao Estatuto do Idoso.

Não se deve brincar com a classe média, diz a cientista política Lúcia Hippólito. Da mesma forma como ela vem, ela vai...

— Ou será que o PT acha que não precisa mais dela?

Esta semana, ao cruzar o estacionamento do Senado rumo ao Planalto, um carro de classe média chamou a atenção do deputado Walter Pinheiro (PT-BA), pelo adesivo que exibia. No alto, a palavra "optei", em preto, com o pê e o tê em maiúsculas vermelhas, como se viu muito na campanha. Embaixo, em letras menores: "mas me enganei".

INVESTIGAÇÃO

Família de Celso Daniel pede fim de sigilo

Para irmão do prefeito assassinado, o PT e a polícia dificultam a apuração da verdade

ROLDÃO ARRUDA

A família do prefeito Celso Daniel, de Santo André, seqüestrado e assassinado em janeiro de 2002, vai encaminhar amanhã à Justiça um pedido para que o processo não corra mais sob sigilo de Justiça. De acordo com o economista e professor Bruno José Daniel Filho, irmão do prefeito, a família está convencida de que toda a história divulgada pela polícia a respeito do caso é falsa. Por isso a sociedade precisa ter acesso aos autos e ver suas falhas, para depois pressionar "aquelas instituições que até agora se omitiram e obstaculizaram a busca da verdade".

O professor inclui entre estas instituições o PT, ao qual pertencia seu irmão. "O partido nunca deu nenhuma contribuição objetiva para a elucidação do caso e tem sido um obstáculo à apuração da verdade, na medida em que seus líderes e porta-vozes insistem na reiteração de uma história absolutamente falsa", disse Bruno José. "Essa reiteração tem permeado todas as declarações do partido, com uma exceção – o vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, que denunciou o caso à OEA, depois de constatar, baseado nas apurações feitas pela família, as lacunas e contradições do processo."

Para o porta-voz do grupo de quatro irmãos de Celso Daniel que divulgou ontem uma nota anunciando a decisão de pedir maior transparência na apura-

ção, o PT também constitui um obstáculo quando tenta desmerecer o Ministério Público, que estaria trabalhando de forma "heróica" na investigação. Bruno José criticou especificamente os deputados federais Jamil Murad (PC do B) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), que acompanharam a necropsia no Instituto Médico Legal.

"Na época já havia sido constatada a tortura à qual meu irmão foi submetido antes de ser assassinado, mas nenhum dos dois deputados disse nada à família", afirmou. "Havia marcas de queimadura no corpo e eles não se referiram ao fato, mesmo quando perguntamos. Mentiram para nós."

Desconfortável – Bruno José disse que já teve ligações fortes com o PT e conhece a tradição do partido a favor da transpa-

rência e da verdade. "Neste episódio, porém, falhou. Eu me sinto desconfortável diante disso e acho que, politicamente, é ruim para o País."

De acordo com a família, a polícia de São Paulo também foi omissa e representou um obstáculo à apuração da verdade. "Se o processo for aberto, todos poderão ver, como nós já vimos, que faltam neste processo documentos e procedimentos que fazem parte de qualquer outro processo do mesmo tipo. Para dar um exemplo, não tivemos acesso até hoje

à radiografia do corpo do Celso. Todas as conclusões finais são falsas, o que indica que os policiais não cumpriram suas obrigações legais como funcionários públicos."

Bruno José tem 51 anos e é professor na Fundação Santo André e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Durante a entrevista coletiva que deu ontem pela manhã, numa sa-

O partido nunca deu contribuição para a elucidação do caso e insiste em uma história falsa

Bruno José Daniel Filho

la de reuniões da Câmara Municipal de Santo André, acompanhado pelo vereador petista Ricardo Alvares, demonstrou calma, falando pausadamente

e evitou acusações diretas, insistindo que o único objetivo da família é a apuração da verdade.

Foi um comportamento diferente do adotado pelo seu irmão João Francisco, que logo após o assassinato denunciou um esquema de arrecadação de propinas na Prefeitura de Santo André para financiar campanhas do PT. "Essa é uma possibilidade que deve ser investigada", limitou-se a dizer Bruno José. "Desconfio da existência de um esquema de corrupção, mas é a sociedade que deve exigir a apuração. A verdade deve vir à tona."

Ele apresentou duas grossas pastas com documentos que, segundo suas informações, contém o resultado do esforço realizado pela família para apurar as falhas e contradições. "Estamos agindo ditados pela emoção e também pela razão."

Defesa questiona métodos da investigação

Para advogado, excesso de depoimentos de um mesmo envolvido é coação

CONRADO CORSALETTE

A defesa do empresário Sérgio Gomes da Silva, acusado pelo Ministério Público Estadual de ser o mandante do assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT), vai questionar os métodos utilizados pelos promotores para apresentarem a denúncia. Segundo advogado Roberto Podval, alguns envolvidos no caso foram ouvidos muitas vezes, o que, para ele, caracteriza coação nos depoimentos.

Podval cita o caso daquele que seria o autor dos disparos que mataram o prefeito: L.S.N., com 17 anos à época do crime. "Queremos questionar essa investigação, porque quando uma pessoa é ouvida 13 vezes, como é o caso do menor, você está coagindo", afirmou ontem o advogado. "Queremos saber quem foram os promotores que colheram os depoimentos, quando, onde, se o que existe aí são verdades ou exageros."

Algumas das evidências que levaram os promotores a denunciar Gomes pelo assassinato do prefeito petista fo-

ram as contradições e versões conflitantes nos depoimentos dos integrantes da quadrilha acusada pela polícia de executar o crime, liderada por Ivan Rodrigues da Silva, o *Monstro*, e no laudo sobre o crime. Segundo o Ministério Público, as principais contradições são sobre a forma como Celso Daniel foi dominado pelos bandidos e como foi sua execução.

Podval informou ontem que vai pedir à Justiça que os promotores entreguem à defesa todos os anexos colhidos, muitos deles ausentes, segundo o advogado, do auto principal. "Há fatos estranhos, histórias que não foram esclarecidas, há indicações que apontam outras pessoas, inclusive do PT", afirmou ele. "Precisamos saber por que nem todos os citados foram ouvidos."

Esperando – Segundo o advogado, desde quando o Ministério Público Estadual decidiu reabrir o caso da morte do prefeito, em setembro do ano passado, Gomes já esperava ser denunciado pelos promotores. "O MPE discordava da polícia e com isso só

poderia apresentar um resultado diferente", afirmou Podval, referindo-se aos inquéritos concluídos pela Polícia Civil de São Paulo e pela Polícia Federal, que deram o caso por encerrado, classificando-o como crime comum.

Os promotores, no entanto, não ficaram satisfeitos. A reabertura da investigação chegou a causar resistências da polícia, o que levou o MPE a pedir a mudança da equipe que apurava o caso. Por causa da polêmica, os promotores passaram a colher depoimentos de testemunhas no próprio MPE. Isso porque, justificaram eles, muitos presos têm medo de relatar o que sabem.

A nova versão para a morte do prefeito faz o caso voltar a seu ponto de partida. Os integrantes da quadrilha inicialmente acusada de ser responsável pelo crime terão de ser interrogados de novo. Se confirmada a versão do MPE, eles terão pena menor, pois deixam de ser enquadrados em seqüestro seguido de morte e passam a responder por homicídio qualificado. A defesa pedirá depoimentos de novas testemunhas.

MENOR
FOI OUVIDO
13 VEZES, DIZ
ADVOGADO

Testemunha central do MPE foi assassinada

Apontado pelo Ministério Público como o elo entre os executores da morte do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT) e o empresário Sérgio Gomes da Silva, o seqüestrador Dionísio Aquino Severo foi executa-

do na prisão depois de dizer à polícia que sabia detalhes da morte do petista. Dionísio, segundo os promotores, frequentava a prefeitura de Santo André nos anos 80 e 90. Dias antes do assassinato de Daniel, ele foi resgatado de helicóptero de um presídio de Guarulhos. Antes de ser preso novamente, ele manteve contato com outros envolvidos no crime, como Ivan Rodrigues da Silva, o *Monstro*.

ENTREVISTA / JOSÉ GENOINO*Ana Maria Tahan e Rodrigo Alves*

“Foram 11 meses de punhaladas”

Guerrilheiro e aliado do PCdoB no Araguaia na década de 70, deputado federal por 20 anos, candidato derrotado ao governo paulista em 2002, o presidente nacional do PT, José Genoino, não pára nunca. Fuma muito, fala bastante, negocia à exaustão. Não se impõe prazos nem limites na hora de defender o partido, idéias, regulamentos, estatutos e, especialmente, o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Não o faz por dever e, sim, por convicção. Cumpre a agenda cheia com “felicidade”, confiante em “criar um clima de unidade e respeito no partido”. A retórica sai fluente quando delimita o campo da convivência partido-administração federal. “O PT é governo por determinação do povo, mas tem autonomia na relação com o Planalto para sugerir, propor, negociar. Não é oposição, é governo”, repete sem cansar. Entrega-se à tarefa de mediar conflitos internos e externos com vigor, mas se sente solitário. Reclama de pouco se aconchegar à mulher, Rioko, ou paparicar os filhos Miruna, Mariana e Ronan. Não consegue se programar, não tem acompanhado os jogos do Corinthians, ouve cada vez menos música, ler tornou-se um prazer esporádico. “Não tenho tempo de ficar em casa curtindo meus mitos e minhas subjetividades”, resmunga. Programar o futuro, nem pensar. Melhor, nem revelar, para não acirrar ânimos ou travar batalhas fora de contexto. “Tenho três tarefas que tomam 120% do meu tempo: presidir o

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o penúltimo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Heráclito Fortes, que preside esta sessão, cumprimento também, neste momento, o Senador Eurípedes Camargo, aqui conosco, às 12h54min, o Senador Augusto Botelho, o Senador Efraim Morais e o Senador Reginaldo Duarte.

Sr. Presidente, no final da sessão deste domingo, quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para que, neste fim de semana, efetivamente pudéssemos trabalhar e permitir que a PEC nº 77 seja aprovada antes do dia 20 de dezembro. Agradeço de público também, embora não esteja presente, ao Relator, Senador Tião Viana, Líder do Partido, porque sei do esforço feito por S. Ex^a para que esta sessão de fim de semana se realizasse. Cumprimento os Líderes de todos os Partidos, em especial o Presidente José Sarney, que, sexta-feira, antes de viajar para São Paulo para se submeter a tratamento médico, depois de conversar com os Líderes, deixou-nos com a responsabilidade de convocar esta sessão, o que ocorreu no mesmo dia, ao meio-dia. Suspenderam suas viagens 23 Sr^{as} e Srs. Senadores, e hoje 25 compareceram a esta sessão, demonstrando ao País que ninguém está brincando com a PEC nº 77.

Não tenho falado do mérito da PEC nº 77, mas o farei no momento adequado. Elaborarei um quadro comparativo entre a proposta da Emenda nº 67 que chegou ao Congresso Nacional e aquela aprovada. Não tenho nenhuma dúvida, até porque milito nessa área há mais de trinta anos, de que a PEC nº 77, que está tendo o apoio da Situação e da Oposição, revolucionaria a proposta apresentada. E o mérito é de todos: do Governo, que foi sensível ao movimento que a Casa realizou, e da Oposição, sim. Muitos não sabem que bastaria que um Senador solicitasse uma questão de ordem – apenas uma questão de ordem – e não haveria esta discussão de fim de semana. Bastaria que um Senador apresentasse uma emenda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a PEC nº 77 estaria inviabilizada. Bastaria que um Senador apresentasse uma emenda no plenário e a PEC nº 77

não seria aprovada neste ano. Embora discordando, a Senadora Heloísa Helena colaborou e colaborou muito para que este momento acontecesse. Todos tiveram um papel fundamental.

Por que nós todos – eu diria os 81 Senadores – insistimos tanto na regra de transição? Porque ela vai de fato garantir aposentadoria antes dos 60 anos exatamente para aquele cidadão que começa a trabalhar com 15 anos. Pela própria Emenda nº 20, ninguém se aposentaria depois dos 58 anos e 59 anos. Com a regra de transição por nós apresentada e que tenho certeza será aprovada, o cidadão poderá se aposentar com 55 anos.

Não quero me aprofundar no mérito da importância da paridade. Mesmo quem se aposentar pela regra de transição, que não teria direito à paridade, agora terá. Mesmo os 750 mil servidores públicos que estão na atividade, que não teriam direito à paridade, agora vão ter. Os idosos com doença incapacitante e que, mesmo assim, teriam que pagar os 11% – e é uma grande parcela de idosos –, agora, com a PEC nº 77, não precisarão pagar os 11%.

Claro, como já disseram, aqui, alguns Senadores, que tem que haver uma regulamentação, Mas, claro, que vai haver a pressão da sociedade nesse sentido. Acredito, que a Câmara dos Deputados vai votar, sim, a PEC 77, rapidamente. Ontem, o Senador Pedro Simon disse uma frase, que vou repetir. Ouvi, em casa, pela TV Senado, a reprodução da sessão. Perguntou S. Ex^a: “Qual o Deputado que é bobo?” Qual o Deputado que votou contrariado na PEC 67, que tendo a oportunidade de votar a favor da PEC 77, a qual recupera o entendimento que ele tinha, não vai votar a favor? Só, se for imbecil. E, para mim, não há Deputado imbecil. Votar contra a PEC 77, só, se for imbecil. Quero dizer, com todo respeito, não há Deputado imbecil. O Senador Heráclito Fortes foi Deputado durante longo tempo, junto comigo. Repito: não há Deputado nem bobo, nem imbecil, nem atrasado. O Deputado vai dizer: “Bom, vamos votar no avanço que veio do Senado”. A Câmara fez o que pôde e se o Senado avançou, é claro, que a Câmara vai votar e aprovar isso. Não há quem peça a Deputado que vote contra, porque ele dirá: “Agora, vocês querem que eu seja mártir?” Se o Senado avança, será que a Câmara vai retroceder? Claro que não vai. Por isso, estou convicto. Também essa é a vontade do Governo, por tudo aquilo que sei. Confesso, de público, Senadores Augusto Botelho, Eurípedes Camargo, Heráclito Fortes, que, quanto à regra de transição, no último momento, ainda esta semana, conversei com o Ministro

José Dirceu e ele disse: “Paim, estamos entendendo tudo, vamos falar com o Ministro Benzoini”.

A partir daquele momento, avançou, e muito, a negociação. Eu rendo, aqui, minhas homenagens ao Ministro José Dirceu, que colaborou, para que a regra de transição por nós defendida, que é o princípio de um por um, fosse verdadeira. O Senador Romeu Tuma me disse que falou com alguém – não vou citar nomes –, alto escalão do Governo, o qual lhe disse que podia ficar tranquilo, pois a PEC 77 era para valer. Garantiram também ao Senador Romeu Tuma, por isso estou seguro de que efetivamente nós vamos aprovar essa PEC.

Ontem recebi dezenas de telefonemas de entidades de servidores públicos, de caráter nacional e todas elogiaram o Senado da República pelas mudanças que está fazendo, que são verdadeiras.

Senador Eurípedes Camargo, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Euripedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a menciona, com muita propriedade, uma construção feita nesta Casa. É claro que nesta construção houve várias mãos, mas Ex^a cita, na minha opinião um desses participantes que tem de ser destacado toda vez que for lembrado esse processo que no último trimestre nesta Casa, principalmente na discussão da reforma da Previdência. Há o reconhecimento do trabalho de V. Ex^a, inclusive pelo Diap, que, ao fazer o levantamento dos cem principais Congressistas das duas Casas, aponta o nome de V. Ex^a. Sei que no passado, quando V. Ex^a estava na Câmara Federal, também constava o seu nome. Agora V. Ex^a está no Senado, no seu primeiro ano de mandato, e seu nome consta daquela lista. Esse é um fato concreto, é o registro de sua participação nessa construção. Eu me orgulho muito de ser seu parceiro, de ser do mesmo partido que tem uma pessoa da expressão de V. Ex^a. Com certeza é um mandato construtivo, um mandato que amplia e faz, com muita propriedade, uma articulação da política nacional no Congresso, Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Eurípedes Camargo. V. Ex^a foi parceiro em todas as horas. Lembro-me dos momentos mais difíceis dessa caminhada, quando V. Ex^a dizia: “Estamos juntos, vamos conversar bastante, vamos achar uma saída”.

Quero dar este destaque: V. Ex^a é de Brasília, a Capital do País, onde – digo sem medo de errar – estão 70% dos servidores públicos. V. Ex^a sabia dessa responsabilidade e apostou muito no processo de negociação. Por isso, nas conversas que tinha comigo,

sempre dizia: “Estou apostando que vamos avançar e quero votar com você na PEC 77”. Tenho certeza de que esse sonho, embora não seja o ideal, vai tornar-se realidade. É claro que o resultado é parcial. V. Ex^a foi sindicalista sabe que num processo de negociação, quem diz que vai levar 100%, está faltando com a verdade. Qualquer sindicalista que entra com uma pauta de negociação numa discussão – tenho vinte anos de sindicalista, V. Ex^a deve ter, no mínimo, quinze –, nunca leva 100%. Nessa negociação, sem medo de errar, digo que estamos levando de 70% a 80%. Por isso, entendo que o processo de negociação foi construtivo e espero que se torne realidade com a votação final também na Câmara dos Deputados.

Parabéns a V. Ex^a.

Senador Augusto Botelho, com alegria, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Paulo Paim, estou aproveitando o seu aparte para comunicar a V. Ex^a, para o pessoal de Roraima ouvir, que usei o seu nome lá, quando fui me justificar por ter votado contra e ter sido derrotado na PEC 67. Eu disse que tinha a palavra de V. Ex^a de que lutaríamos para tentar corrigir as distorções com que discordamos na PEC 67. Também quero dizer a V. Ex^a que – o PT, como o PDT, é um Partido que combate a corrupção –, se dermos mais força à Controladoria-Geral da União, vamos economizar muito dinheiro, isto é, o dinheiro vai chegar às pessoas. Nessa amostragem de onze meses, detectaram problemas em 93.1% das contas municipais. O furo de dinheiro desviado é de sessenta bilhões, praticamente a mesma quantia que precisamos conseguir – estamos até taxando os idosos para isso – para tapar o furo da Previdência. Eu gostaria de dizer-lhe isso porque V. Ex^a me ajudou muito, quando me deu esperanças de que, na PEC 77, conseguiríamos mudar isso. Foi confiando em V. Ex^a que usei seu nome, sem pedir sua autorização, lá em Roraima para conversar com meus eleitores aposentados, para que não perdessem as esperanças. Vamos tentar quebrar essas barreiras que estão presentes na PEC 67. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Augusto Botelho, cumprimento V. Ex^a. É claro que V. Ex^a conversou comigo, e eu disse-lhe que eu votaria “sim”, mas com a convicção de que, juntos, Situação e Oposição, votaríamos a PEC 77. Ninguém tem dúvida de que o Senado vai votá-la, não há uma pessoa no País hoje que tenha dúvida quanto a isso. Levantam-se algumas dúvidas ainda, corretamente – esse é o papel da Oposição – se a Câmara vai cumprir a sua parte. Conversei muito com o Presidente João

Paulo, antes de ele viajar para o exterior, há pouco tempo, e ele me disse que a Câmara fará de tudo para votar rapidamente a PEC 77. Também o Líder Aloizio Mercadante, justiça seja feita, assim como o Relator Tião Viana, trabalharam muito para construir esse entendimento.

Quero destacar agora, se me permitir, Senador Augusto Botelho, a figura do Líder do seu Partido, Senador Jefferson Péres, que me disse: “Paim, não criei nenhum empecilho” – bastaria um único Senador discordar – “para que no fim de semana V. Ex^{as} agilizem o processo para permitir a votação da PEC 77”.

Então, o Senador Jefferson Péres também tem aqui os nossos cumprimentos pela importância da articulação que fizemos juntos para que esse momento pudesse acontecer. Vou concluir, Senador Heráclito Fortes, dizendo que a minha experiência aqui no Senado tem sido gratificante. É claro que sei que ninguém consegue agradar a todos, mas foi importante esse diálogo aqui com os Senadores.

Eu dizia outro dia que, nesta Casa, os Senadores têm muito o que contribuir com o País, pois muitos já foram Deputados Federais, muitos já foram Ministros, muitos foram Presidente da República, muitos foram Governadores e, outros, como V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, têm uma experiência enorme no seu Estado, no trabalho com a comunidade. Por isso era impossível não construirmos aqui o entendimento! E estamos construindo o entendimento para o bem dos servidores públicos.

Teremos outros embates, outras batalhas do debate político no campo das idéias, do enfrentamento, que vão polarizar. É claro que isso vai acontecer. Na apreciação da reforma tributária isso acontecerá, sem sombra de dúvida, mas nossa capacidade de elaboração – aqui são 81 e na Câmara, 513 – vai propiciar o avanço no entendimento.

Por isso encerro, às 13 horas e 08 minutos deste domingo, em que tivemos essa oportunidade de ouvir brilhantes pronunciamentos, numa linha construtiva, propositiva de avançar para o trabalhador brasileiro.

Estou convicto de que votaremos as PECs nºs 67 e 77 e toda a reforma tributária antes do Natal, e a Câmara, em seguida, vai cumprir a sua parte.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Heráclito Fortes, 3^a Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tratar do tema que me trouxe neste final de manhã de domingo à tribuna do Senado, quero tranquilizar o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, o que trouxe o Senado Federal a este plenário neste domingo acima de tudo foi uma homenagem a V. Ex^a. Estamos queimando etapas dessa tramitação, avançando no interstício, exatamente para que seja honrado o compromisso assumido publicamente com relação à PEC nº 77. V. Ex^a pode sentir-se orgulhoso da solidariedade que recebeu ontem e que está recebendo hoje de vários companheiros do Senado. Estão todos presentes porque sabem da importância da aprovação não só da PEC nº 67 como da PEC nº 77, conhecida como PEC paralela. Vai ficar muito mal não para V. Ex^a, mas para os que assumiram o compromisso, se ele não for honrado. Que o diga o nobre Senador Augusto Botelho, que justificou para as suas bases o voto exatamente em decorrência do compromisso assumido de que V. Ex^a é o avalista-símbolo, mas não é o único nesse processo.

Como municipalista convicto, quero dizer ao Senador Augusto Botelho que o trabalho da controladoria é positivo e que tem de ser estimulado. Alguns dados não são precisos. Quando se divulga que há problemas com 93% das prefeituras, não significa que se refiram a rombo de cofre.

Há muita irregularidade formal, Senador. V. Ex^a sabe muito bem – somos de regiões desprotegidas e desamparadas – que há alguns prefeitos que são inclusive homens de poucas letras, que têm dificuldade na convivência com a burocracia formal.

Senador Botelho, quando se vê as prefeituras com dificuldades – e não se trata de erro do Governo atual, que não teve nem tempo ainda para isso; trata-se de erro histórico –, ninguém observa que, em grande parte das irregularidades cometidas pelos prefeitos Brasil afora, a origem da culpa é do Governo Federal. Quando aprova no Orçamento recursos para obras nos Municípios, libera a primeira parcela, é feita a concorrência, o prefeito inicia a obra, mas a segunda, a terceira e as outras parcelas não são liberadas. Temos uma infinidade de casos, o que exatamente faz com que a Prefeitura comece a ficar inadimplente. O Prefeito, então, recorre de subterfúgios, tirando dinheiro em bancos, no mercado financeiro, que todos conhecemos, para não ter à sua porta o pequeno

construtor – que está ameaçado de quebrar – e os cobradores, que são trabalhadores também da cidade.

Era preciso, Senador Paulo Paim, que fosse punido, que fosse colocado no cadastro de inadimplentes e que pagasse todas as consequências o governo que não cumpre. Ora, se não há dinheiro para a segunda parcela, que não libere a primeira, que não autorize a concorrência. Mas, a partir do momento em que se inicia um processo e em que o Prefeito atende a uma reivindicação do Município – um calçamento, uma iluminação, uma melhoria habitacional –, ele o está fazendo convicto de que o Governo, o repassador de um recurso aprovado no Orçamento da União – na maioria das vezes, por nós Parlamentares – vai honrar seus compromissos.

Faço essa observação porque, quando se lê no jornal que 93% dos casos dos Municípios avaliados têm problemas, geralmente não se trata de desvio de recursos. Quem ouve, à primeira hora, Senador Augusto Botelho, pensa que se trata de malversação de verbas, o que, aliás, ocorre. Houve muitos casos no Brasil afora. Hoje, Senador Paulo Paim, vêem-se bem menos casos que há dez anos ou quinze anos, porque a informatização diminuiu muito a sua ocorrência.

Faço essa ressalva como municipalista convicto apenas para fazer justiça a milhares e milhares de Prefeitos que estão a duras penas cumprindo o mandato com os Municípios, em dificuldades financeiras cuja origem geralmente não é da sua própria administração.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Paulo Paim, V. Ex^a, quando Deputado Federal, foi algumas vezes a Teresina, Capital do meu Estado, participar de encontros, reuniões, e sabe muito bem que o PT sempre foi um Partido altamente forte em termos populares na Capital do meu Estado. Ganhou as eleições, elegeu Governador recentemente, foi o mais votados para Deputado Estadual e Deputado Federal e gozou de uma popularidade invejável. Todos ostentavam com muito orgulho aquela estrelinha, que começou pequena e que foi aumentando. Uns exageravam: o peito todo, o carro pintado.

Ao longo desse primeiro ano de Governo, as estrelas estão começando a voltar ao tamanho original. Aquele entusiasmo está-se retraindo, e vêem-se cabisbaixos militantes ora eloqüentes e destemidos. Nota-se perfeitamente. Tenho certeza de que, na sua Porto Alegre, no seu Rio Grande do Sul, o fenômeno não vem sendo diferente.

Hoje recebo, para comprovar o que se vê quando se trafega nas ruas da Capital do meu Estado,

uma pesquisa feita por um instituto local, sério, cujo diretor principal é o atual Presidente do PTB, o empresário João Vicente Claudino. Durante a campanha eleitoral recente, suas pesquisas – todas elas – combinaram com o resultado posteriormente apurado. Anteriormente, ocorreram as eleições municipais. Falo isso, Sr. Presidente e nobre Senador Augusto Botelho, para mostrar que se trata de um instituto acreditado.

O resultado traz, nobre Senador Paulo Paim, o começo da queda. Quanto à administração do Presidente Lula, avaliaram entre péssimo e ruim 30% dos entrevistados; entre bom e ótimo, o percentual cai para 27%, diferentemente dos 45% de dois meses atrás; como conceito regular – os estatísticos fazem uma divisão meio a meio e colocam 40% para um lado e 40% para outro –, o resultado foi 43%.

O Governador Wellington Dias teve avaliação considerada entre péssima e ruim de 38% dos entrevistados; entre boa e ótima, de 22,7%; regular, de 39%. Repito: se pensarmos de maneira otimista em 60% para bom e em 40% para ruim, veremos o desastre que esses dados representam.

Estou deixando o regular numa terceira coluna e estou analisando apenas bom, ótimo, péssimo e ruim.

A terceira pesquisa refere-se ao Prefeito Firmino Filho, que já está no sétimo ano de administração, portanto, sofrendo todo o desgaste da continuidade administrativa, saindo de um ano onde os recursos Federais não foram liberados, onde obras programadas foram canceladas – como é o caso de uma ponte anunciada com recursos do Governo Federal, que não sei por que foram canceladas. A situação dele é a seguinte: entre ruim e péssimo, 25,4%; bom e ótimo, 45% – portanto, das três categorias, o de melhor **performance** –, e regular 29%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está-se vendo aqui uma nova realidade substituindo o refrão forte, que ajudou muito na campanha, Senador Paim, de que “a esperança venceu o medo”. A realidade começa a desesperançar o Brasil afora, porque esse fenômeno não está acontecendo só em Teresina, mas no Brasil inteiro.

O que lamento disso tudo é a situação do Governador Wellington Dias, que poderia estar numa situação privilegiada, pois é o único Governador do PT no Nordeste, nosso Colega de atuação na Câmara dos Deputados, do núcleo forte, fraco, leve ou triste do PMDB.

V. Ex^a sabe, Senador Paulo Paim, que causava inclusive ciúme entre seus Pares o fato de S. Ex^a ter

chegado no primeiro mandato e ter passado de imediato a ser uma das estrelas do núcleo de força e de poder dentro do Partido, ocupando posições de destaque nas discussões.

O que o Piauí esperava? Exatamente que esse Governador servisse de exemplo para todos os outros Estados brasileiros. Para mim e para o meu Partido seria muito ruim politicamente, mas para o Piauí seria excelente. E aí fico com o que seria melhor para o Piauí. E desde o meu primeiro pronunciamento quando assumi este mandato de Senador venho defendendo ações administrativas para o Governo do Estado do Piauí.

Se fizermos uma comparação entre o que foi prometido ao longo deste ano para este Governador, que de boa-fé recebia informação dos Ministros e chegava em Teresina anunciando-as, veremos que há uma distância muito grande entre a esperança e a realidade. O Sr. Wellington Dias, por mais vezes que tenha vindo a Brasília, por mais esforço que tenha feito, não logrou êxito. V. Ex^a se lembra que o grande presente que quiseram dar ao Governador era um presídio para dar abrigo a um famoso preso no Brasil que ninguém queria. O que o PT está fazendo com o Wellington Dias, em termos administrativos, se parece muito com o que está fazendo, em termos políticos, com a Senadora Heloísa Helena e com V. Ex^a. Esquecem toda uma luta juntos, todo um passado, toda uma história.

Faço justiça abrindo um parêntese para dizer que, com toda certeza, muito em breve, estaremos em palanques diferentes, defendendo convicções diferentes, mas neste momento defendo um tratamento humano para o Governador do Estado do Piauí. Estamos vivendo crises financeiras que não têm origem na sua administração. E não se pode dizer que foi administração de fulano ou sicrano. Esse é um processo pelo qual passam vários Estados brasileiros, mas alguns já tiveram socorro, de uma maneira ou de outra.

Daí por que, Senador Paulo Paim, com muita tristeza, semana passada, votei contra o empréstimo da Prefeitura de São Paulo. Tenho grande apreço e respeito pela Prefeita Marta Suplicy e tenho grande carinho pela cidade de São Paulo. E não poderia ser diferente, até porque São Paulo abriga um grande contingente de nordestinos e uma enorme quantidade de piauienses. O meu voto contra foi um grito de alerta e, acima de tudo, uma maneira de protestar contra a indiferença com que o meu Estado vem sendo tratado.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) Senador Heráclito Fortes, faço um aparte a V. Ex^a, primeiramente, para cumprimentá-lo por sua história, sua caminhada na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal. Eu gostaria de falar sobre pesquisas. Confesso a V. Ex^a que não sou muito entusiasmado com pesquisas, nem quando se trata do Presidente Lula. Disseram-me hoje que o Presidente Lula está com 76% ou 80% de aprovação nas pesquisas de opinião pública. Ao mesmo tempo, não sou também daqueles que concordam com as pesquisas que dizem que este ou aquele governador, no seu primeiro ano de governo, está muito mal. Por que falo isso? Por que duvido das pesquisas? Porque este Senador, quando fez a disputa ano passado, estava sempre em 5º ou 6º lugar. Em nenhum momento os institutos de pesquisa apontavam a possibilidade de eu chegar ao Senado da República, mas cheguei com uma diferença de aproximadamente 200 mil votos. E vou mais além, para não falar de mim. O Senador Flávio Arns era candidato ao Senado, e todas as pesquisas mostravam que chegaria, no mínimo, com um milhão de votos atrás do segundo colocado. Entretanto, S. Ex^a chegou com um milhão de votos na frente do segundo colocado. Parece-me que o caso de V. Ex^a não é muito diferente. Parece-me que existe na Câmara dos Deputados uma CPI para discutir, analisar e construir parâmetros para as pesquisas. Não me empolgo muito com as pesquisas, mesmo quando me dizem que 80% da população é a favor da reforma da Previdência como está na PEC nº 67. Eu duvido. Também não acredito que – não é o que vejo nas ruas – 80% ou 90% da população estava a favor da PEC da Previdência em sua forma original. Felizmente, vamos avançar bastante. Quando digo que avançaremos é em relação ao que chegou, naturalmente. Em relação à PEC nº 67, vamos avançar na PEC nº 77. Mas o meu aparte é mais no sentido de cumprimentar V. Ex^a. Tive a alegria de ser Deputado com V. Ex^a durante três ou quatro mandatos. Fomos juntos membros da Mesa da Câmara dos Deputados e, agora, estamos tendo a mesma experiência no Senado. Cumprimento-o pela clareza, firmeza, sabedoria, pois V. Ex^a faz oposição cobrando e exigindo que, efetivamente, o projeto original da reforma da Previdência, encaminhado a esta Casa, seja melhorado. Com certeza, isso irá acontecer. Foi mais um aparte de reconhecimento de minha parte da sua trajetória e da sua história, que muito orgulham o Estado do Piauí. V. Ex^a agora mesmo nos dizia que, embora discorde, e por isso está em partido diferente do Governador, está

torcendo para que S. Ex^a acerte e que tenha mais respaldo do Poder central. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Quero dizer que, com relação à pesquisa, nossos pensamentos são siameses. Concordo exatamente com V. Ex^a. No entanto, existem dois tipos de pesquisa. Um deles é a pesquisa eleitoral, um episódio que vivemos. Aliás, o Senado está cheio disso, pois a grande maioria dos Senadores que vieram para cá é formada por aqueles que estavam em terceiro ou quarto lugar nas pesquisas, como o Senador Augusto Botelho.

Há dois motivos para isso. O primeiro é a acomodação de quem está na frente. O candidato dorme com o louro da vitória, Senador Botelho, e começa a achar que não precisa mais fazer as viagens longas, as visitas que fazemos de casa em casa, o corpo a corpo, e dorme no berço esplêndido da vitória antecipada. Esse é um fenômeno que aconteceu no Brasil inteiro.

Segundo, é o desestimulado. No caso, o azarão, o patinho feio, o que está em terceiro ou quarto lugar e que começa a correr para vencer o tempo. Nós tivemos vários exemplos, como V. Ex^a e o Senador Flávio Arns. A maioria dos Senadores com assento nesta Casa – um estatístico mostrou este dado curioso – estava, até as últimas pesquisas, em terceiro lugar.

Outra coisa é uma avaliação administrativa, feita sem o calor eleitoral.

Senador Paim, o que me chamou a atenção foi que esse mesmo instituto, há 60 dias, fez uma pesquisa que já mostrava uma queda da administração do Governador Wellington Dias, vítima do processo, como eu já disse, mas o Presidente Lula permanece lá em cima, inatingível.

Isso é consequência das últimas votações que tivemos aqui, comandadas pelo Partido dos Trabalhadores. É exatamente a decepção do funcionário público e do idoso brasileiro. A propósito, quero render uma homenagem a Tomie Otake, que fez, ontem 90 anos. Felizmente, ela não precisa bater à porta do Berzoini, porque senão estaria naquela fila para mostrar que está viva. De nada adiantaria o reconhecimento internacional da sua grande obra artística, ela teria que entrar na fila do Berzoini. Também teria que entrar o Oscar Niemeyer. De que adianta ele ter feito a Pampulha, Belo Horizonte e Brasília, e ter mostrado o Brasil ao mundo? Iria para o lugar comum não fosse ele, hoje, um profissional liberal, um homem independente, que não depende da previdência do Brasil.

Imaginem o contingente de velhinhos que está passando apertos e tendo pesadelos, esperando che-

gar a sua vez de entrar na fila. Hoje, está muito na moda, falando em fila, a figura do moto-táxi, que é o transporte dos desesperados. Outro dia, vi algo que me estremeceu: um velhinho de 96 anos na garupa de uma moto, no interior do Piauí, indo para a fila do Berzoini.

O pior de tudo é que ainda não vimos, de maneira sincera e correta, nenhum avanço para justificar essa situação.

Em pronunciamento que fiz, citei o sistema de avaliação do funcionário aposentado e do idoso feito pelo Senado Federal, que é realizado anualmente. Esse processo pode ser desenvolvido por outras instituições.

Sabemos que há procuradores, pessoas que colocam a mão no dinheiro de quem já morreu, mas não é por isso que anteciparemos a morte dos que estão vivos. Seria muito melhor a previdência fazer um convênio com os cartórios locais ou até, o extremo, mandar uma patrulha de motos de casa em casa – o número, Senador Botelho, não é tão absurdo –, do que continuar manchando um Governo que nunca defendeu isso; muito pelo contrário, ao longo do tempo, foi sempre um defensor dos fracos e dos oprimidos, simbolizados pelo servidor público do Brasil.

Portanto, eram essas as considerações que queria fazer.

Senador Paim, agradeço o aparte de V. Ex^a.

A realidade de Teresina mostra bem a situação: o Prefeito Firmino Filho, que passou por um desgaste em virtude do processo eleitoral e estava com uma avaliação péssima na capital do meu Estado, teve uma recuperação impressionante, enquanto o Governo, que estava lá em cima no patamar de popularidade, está começando a tropeçar nas pesquisas.

Lembro o que li, certa vez, sobre o fantástico administrador deste País – há os que concordam com isso e os que discordam disso – Agamenon Magalhães. Ele dizia que o homem público, o que tem poder e o que acha que manda, deve dormir sempre com um alfinete na cabeceira da sua cama para, toda manhã, antes de fazer qualquer coisa, dar uma espetada no corpo e sentir que dói. Assim, saberá que é igual aos outros.

Quem sabe, Senador Paim, nesses gastos que o Palácio tem feito na compra de utensílios e objetos – de necessidade, eu concordo –, não estejam faltando algumas grosas de alfinetes para serem entregues a cada um dos que hoje pensam que mandam no Brasil. Eles mandam, mas se esquecem de tudo o que prometeram ao longo dos 20 anos que foram oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, dia 08, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2003 (nº 40/2003, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica os*

arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 e o § 10 do art. 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.800, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 36 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	João Tenório
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)****Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)****Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)****Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)****Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Moraes
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: (JOÃO ALBERTO SOUZA) ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Eurípedes Camargo ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 03.12.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Eleito na Sessão realizada no dia 03.12.2003 para a vaga de Titular, em substituição ao Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) que se desligou do Conselho em 8.5.2003.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18.9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** que renunciou ao cargo em 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicação lida na Sessão do dia 01.10.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT ² -SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS